Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 25 de junho de 2015

Ata N.º 17

No dia vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal das Condecorações do Município de Palmela;

PONTO TRÊS – Proposta de alteração ao PDM de Palmela. Alteração Regulamentar do n.º 2 do artigo 22.º - Espaços Naturais;

PONTO QUATRO – Contas Consolidadas 2014;

PONTO CINCO – 2.ª Revisão ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018;

PONTO SEIS – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – Designação de elementos a integrar os respetivos júris;

PONTO SETE – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela;

PONTO OITO – Delimitação de Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo;

PONTO NOVE – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Requerente: ESFERA VERDE – Metalomecânica, Lda.. Processo n.º I-5/96. Local: Olhos de Água;

PONTO DEZ – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Requerente: CONCREMAT – Prefabricação e Obras Gerais, S.A.. Processo n.º E-24/89. Local: Pinhal Novo.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta de Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- A **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada;
- O **Sr. José Carlos Matias de Sousa do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente;
- A **Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino, do PS,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, a partir de 05 de junho de 2015, por um período de um ano. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente;
- A **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos, da CDU,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, a partir de 25 de junho de 2015, por um período de cento e noventa dias. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU** e **Srs. Ricardo Jorge de Oliveira Marques e Pedro Miguel Martins Pereira do PS** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta da Ata Número Nove, datada de vinte e sete de agosto dois mil e catorze, dispensando-se a sua leitura em virtude de ter sido previamente distribuída. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Temos aqui algumas, pequenas correções, mas faremos como na anterior ata porque são pequenas correções de português."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dispensamos a leitura da ata uma vez que imagino que os Srs. Membros tiveram a oportunidade de a ler e portanto pergunto se podemos votar?"

Não havendo mais intervenções, **foi a ata aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).**

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós temos hoje uma ordem de trabalhos que é extensa, tem dez pontos e tem alguns deles, enfim, provavelmente merecerão a nossa discussão profunda e portanto a reunião pode ser uma reunião prolongada e nesse sentido eu gostaria que nós procurássemos respeitar um bocadinho aquilo que consta do nosso Regulamento e que tem que ver com a duração dos períodos da reunião.

Gostava de informar que foram presentes à Mesa uma Recomendação do BE, que será reencaminhada para o Sr. Presidente da Câmara, e duas Moções – uma da CDU e outra do PS."

Recomendação do BE *"Sobre a necessidade da colocação de sinais de direção na vila do Pinhal Novo e de sinais de informação na N252 e M575"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, não quer deixar este tema para discutir? O Sr. Presidente gostaria de intervir sobre o assunto e nesta fase não faria muito sentido, faria mais sentido nós estarmos a apresentar, de facto, temas que são discutidos entre a Assembleia.

Portanto eu sugeria, enfim, depois se insistir votaremos a recomendação, que pudéssemos tratar o assunto em sede de intervenção depois do Presidente da Câmara."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Estou de acordo consigo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ou seja das questões a colocar à Câmara. Então sobre as Moções verdadeiramente ditas, o Partido Socialista, não, é ao contrario, peço desculpa, a Moção apresentada pela CDU, estou só a seguir a ordem pela qual as entregaram na mesa."

Moção da CDU *"Contra o Encerramento do CAIC do Lau"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Baião** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta Moção, quem deseja intervir? Questões a colocar? Não há? Então votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Moção do PS *"Contra o Encerramento do Jardim de Infância/CAIC do Lau"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Coelho** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, então sobre esta Moção? Alguma questão? Tem a palavra a Bancada da CDU, António Mestre por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos e todas, independentemente da sua condição. Bom, esta proposta que aqui nos é trazida hoje sobre a forma de Moção não é mais do que um continuado apelo à manipulação, oportunismo e desespero eleitoral do Partido Socialista, o que aqui lamentamos, porque fundamentar uma Moção na base daquilo que é o encerramento do CAIC do Lau é ignorar que foi o Partido Socialista, através do Governo de José Sócrates, que abriu as portas a que esta medida pudesse ter lugar.

Segundo lugar, apontar que a rede de Palmela é deficitária também é uma falsidade. De lamentar a forma como o processo foi gerido e não ter sido comunicado quando se advoga o Partido Socialista poder ter tido a oportunidade de apresentar propostas e nessa altura não o fez, não nos parece correto.

Por último, propor ao Executivo que as crianças que frequentam o CAIC do Lau, não tendo idade, é aceitar no fundo a medida do Governo e propor exatamente a mesma coisa, portanto não nos parece coerente. Parece-nos coerente rejeitar na íntegra a medida do Governo e lutar de todas as maneiras que nos sejam possíveis para que isso volte a ser reposto e para que as crianças do Lau voltem ao local onde merecem.

Porque a proposta do encerramento Lau, baseia-se exatamente nesse pressuposto que não havendo falta de colocação das crianças elas podem ser colocadas na escola de Aires, ou noutra. O que nós aqui rejeitamos é uma questão de proximidade educativa e aquilo que foi pedido foi a manutenção deste processo por mais um ano, dotando o equipamento com condições para que possa ter uma atividade continuada nesta matéria. Não é um paliativo à iniciativa do Governo, nem é pactuar com a mesma é votar contra, e é esse o sentido de voto que a Bancada da CDU terá no manter duma proposta com este teor que é, essencialmente, uma proposta por fraqueza de atuar contra o Governo se refugiou num ataque camuflado à Câmara Municipal, o que nos parece redondamente incorreto para não utilizar outro tipo de expressão, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, tem a palavra o PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Comunicação Social, distinto Público e Funcionários da Autarquia também presentes, cumprimentando todos igualmente.

Referir o seguinte, nós votámos favoravelmente a Moção anterior porque ela nos parece uma Moção equilibrada e uma Moção que propõe soluções. E propõe soluções que num período pré eleitoral é sempre fácil nós querermos fazer críticas e querermos fazer Moções para não serem aprovadas. Esta não, é uma Moção, de facto, positiva e os objetivos que nela estão assentes são fáceis de enunciar. É evidente que a Moção do Partido Socialista já tece aqui um tal conjunto de posições que nos remete mais para a luta politica ou partidária o que neste momento nós pensamos que é de evitar até porque aquilo que se pretende é a resolução do problema.

Já agora, eu não sei, a Sra. Presidente há pouco referiu relativamente à recomendação do Bloco de Esquerda a questão da intervenção do Sr. Presidente por este ser a matéria de Moção, mas eu penso que fica já o pedido feito para, no período de informação, o Sr. Presidente depois se também se poder pronunciar e nos dar então as informações pertinentes sobre este caso que nós pensamos ser útil, até para sabermos como é que a situação se desenrolou no seu todo e como está atualmente. Portanto a Bancada da Coligação vai-se abster nesta Moção do Partido Socialista. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, tem a palavra o Bloco de Esquerda Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Gostava que o Sr. Presidente depois, quando tivesse oportunidade, respondesse a estas questões que eu lhe vou colocar agora sobre este aspeto do encerramento do CAIC do Lau.

Porque é que não foi, atempadamente, dada a informação aos pais das crianças que frequentam o Jardim de Infância de que se iria encerrar, no final deste ano letivo, este estabelecimento de ensino? E qual é que foi a resposta, no sentido de se solucionar agora este problema, a esses pais e encarregados de educação destas crianças que agora não têm ali um estabelecimento para frequentar, das crianças entre os três, quatro e cinco anos, se a frequentar outro estabelecimento de ensino têm que se deslocar vários

quilómetros para irem ou para Lagameças, ou para Aires, não sei se Palhota tem Jardim de Infância, Vale da Vila. Qual é que é a resposta que a Autarquia dá neste sentido? É tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada…"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Só para dizer que vamos votar favoravelmente também esta Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, eu acho que na sua pessoa cumprimento todos e todas presentes.

Eu pensava que algum tipo de linguagem, em algumas situações, poderiam estar afastadas mas, de vez em quando, lá voltamos a uma linguagem mais agressiva, mais adjetivada, para muitas vezes não tendo a resposta política adjetiva-se porque não há respostas, há factos e os factos são indesmentíveis.

Há um ofício da DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, e esse é indesmentível, é de vinte e oito de junho de dois mil e catorze, onde era dado como encerrado o CAIC. Não me parece que vinte e oito de agosto de dois mil e catorze tenha sido ontem, foi há um ano praticamente e durante um ano não houve informação, nem às famílias, nem à comunidade, sobre este encerramento. E, efetivamente, não foi feito nada porque quando refere uma reunião com a DGESTE, nós gostaríamos de saber quando é que essa reunião foi feita, com, aonde e com quem, porque as famílias souberam, de facto, o encerramento, foram postos perante uma situação de facto e sem alternativas para porem as suas crianças e não venham com outras histórias porque as crianças não são bandeiras de luta, as crianças são bandeiras de soluções e as crianças, o ponto cinco não é para lutar é para exigir que as crianças têm que ter uma solução e logicamente como sabe, e como sabe a CDU, há um ordenamento nas posições e se for encerrado definitivamente, há que dar soluções às crianças porque essas crianças não podem ficar nem no meio do campo, nem no meio da estrada, nem as famílias podem ficar com as crianças sem soluções e, portanto, o que nós nos obriga a nós enquanto Membros desta Assembleia e enquanto cidadãos responsáveis e eleitos é criar soluções quando o poder político não as dá de acordo com aquilo que são as verdadeiras necessidades das populações.

Nós não estamos aqui para fazer contrapoder, estamos aqui para exigir que o poder local representado, e de gestão CDU, se responsabilize por aquilo que tem que ser responsável e que o poder central se responsabilize por aquilo que tem que ser responsável, e que as duas têm que se responsabilizar por uma solução para as famílias e para estas crianças.

É isto que a nossa Moção diz e é só isso que a nossa Moção diz, porque o resto são factos e os factos são indesmentíveis, e as populações e as pessoas não servem só para quando dizem sim, servem também para quando nos contestam, para quando nos chamam a atenção dos nossos erros ou das nossas omissões. As populações servem também para exigir aos poderes que executem uma política que vá ao encontro daquilo que elas necessitam e aquele espaço, o Lau precisa deste CAIC porque aquelas pessoas precisam, aquelas crianças precisam ter um lugar, porque o que vamos ter é que daqui a dois ou três anos vamos ter a escola do 1º Ciclo encerrada e isso é mais um aspeto negativo de todo este processo.

Há um ano de atraso entre as posições que a Câmara agora toma e a Junta de Freguesia, e se nós trazemos esta Moção aqui…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe, queira abreviar, está a aduzir elementos que estão todos aqui na Moção, está bem?"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"… e se nós trazemos estas situações, trazemo-las com a seriedade de quem quer resolver os problemas e não mais que isso. Agora não há intocáveis em democracia e em democracia as posições servem para serem defendidas com coerência."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu vou convidar o Sr. Presidente da Câmara dada a natureza da discussão, de facto, acho que não vamos votar esta Moção sem a intervenção do Sr. Presidente como é evidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Cumprimento na sua pessoa todas as Sras. e Srs. Membros da Assembleia, o distinto Público e a Comunicação Social e os Trabalhadores do Município aqui presentes, para além das Sras. e dos Srs. Vereadores do Órgão Executivo Câmara Municipal.

Agradeço-lhe permitir-me o uso da palavra, eu já tencionaria pedir nem que fosse para defesa da honra, porque, de facto, quando se fala em inimputáveis e em seriedade, há que perceber que, efetivamente, antes de se fazer qualquer julgamento sumário é necessário estar na posse de todos os elementos.

Isso já aconteceu na reunião de Câmara, onde houve uma tentativa de aproveitamento político desta matéria, sem que tivéssemos na altura todos os elementos em presença, ainda assim isso foi explicitado e para nós este é um assunto que não está encerrado, e tanto que não está encerrado começo por dar-lhes nota do último facto que foi na pretérita segunda-feira, a Sra. Vereadora Adília que teve de me substituir numa visita à ATEC, para a qual fui convidado onde estaria com o Sr. Ministro da Educação, onde entregámos um documento no sentido de manter em funcionamento o CAIC do Lau.

Mas relativamente aos ofícios há aqui que repor a verdade. Há, de facto, um ofício daquela data que nós temos conhecimento e na sequência desse ofício, os nossos serviços fazendo um conjunto de outras diligências, viemos a solicitar reuniões com o Ministério da Educação. Eu tive a oportunidade de reunir por duas vezes, uma vez lá e outra vez numa vinda a Palmela, com o Dr. João Passarinho, na altura responsável da DGESTE zona sul, onde a propósito também de outras matérias, nomeadamente dos célebres Pavilhões das Secundárias de Palmela e de Poceirão, falámos neste assunto e o que nos foi dito é*:"Vocês preparem-se porque efetivamente há esta decisão de…*", e nós dissemos: *"Mas nós não vamos aceitar essa decisão, nós queremos que V. Exas. reanalisem a especificidade do nosso território.* ", que é um facto que tem uma rede Pré-escolar que tem lugares, certamente não todos na Freguesia de Palmela e depois também já esclarecerei as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia que isto não é por área de residência é por idade e não é o Município de Palmela, nem nenhuma Assembleia Municipal, que faz essa lei são Governos e que têm rostos, esses sim não são inimputáveis porque esta coisa dos encerramentos das Escolas com menos de vinte e um alunos, é que vai as escolas e depois vai os Pré-escolares. Isto tem rostos, tem assinaturas tem nomes de Primeiros-ministros que nós conhecemos bem.

E o que gostaria de dizer é que, na sequência da nossa insistência, realiza-se no dia vinte e quatro de abril de dois mil e quinze, uma reunião em que esteve o Sr. Vereador Adilo, os seus serviços e a Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas de Palmela referente ao encerramento do CAIC Algeruz/Lau e pedimos para ser reanalisado e, então, isto é um facto, está aqui num ofício, que é o ofício da má noticia, e que diz claramente "*Os nossos serviços procederam à reanálise da situação conforme o acordado…*", isto é a prova de que nós lutámos por esta situação, são palavras do Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, depois "*…tendo concluído o seguinte: a animação infantil comunitária consiste na realização de atividades adequadas ao desenvolvimento de crianças que vivem em zonas urbanas, ou suburbanas*

carenciadas a levar a cabo a instalações cedidas pela Comunidade Local, num determinado período do dia. O CAIC de Algeruz/Lau não cumpre esses pressupostos encontrando-se a funcionar como um Jardim de Infância da rede pública.", aliás até valoriza, porque lhe dá um estatuto superior aquilo que ele efetivamente tem, e nós até por isto achamos que é uma razão para continuar. Portanto, depois da reanálise que fizeram, entendem manter a decisão de encerramento, e este ofício entra na Câmara no dia treze de maio. Passados dois dias quando isto entra nos serviços do Sr. Vereador, somos tolhidos por esta informação, entramos de imediato em contacto com o Agrupamento, porque também é o Agrupamento que tem que coordenar a preparação da reabertura do novo ano letivo, das inscrições, etc., etc., e prepara-se então uma reunião com os Pais e Encarregados de Educação. E estes é que são os factos, Srs. e Sras. Membros da Assembleia, não vale a pena misturar as coisas, ou estamos contra a decisão do Ministério de encerrar o CAIC do Lau ou os Srs. querem arranjar um "bode expiatório" que é a Câmara Municipal? Mas eu não vou fazer outros comentários sobre a Moção, porque penso que ela é muito infeliz nalguns aspetos, mas não direi mais nada.

Relativamente ao protocolo, não há protocolo nenhum firmado com a autarquia Srs. Membros, é preciso documentarem-se melhor. O que há é um protocolo geral entre o Ministério da Educação, Ministério da Segurança Social e a ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses, para o funcionamento deste tipo Pré-Escolar nalgumas regiões do país e que, de facto, desde dois mil e dez sucessivos Governos têm vindo a apertar o cerco para que que isto feche. Até poderão ser muito nobres, se calhar na opinião de alguns, os motivos que levariam a.

Nós consideramos que mesmo sem ter lá uma sala de expressão física, ou motora, muito grande, se calhar era preferível como temos nas Lagameças, ou noutros sítios, mas que ainda assim as crianças que lá fazem esta aproximação ao Pré-Escolar são mais felizes, as suas famílias são bem servidas e eles têm um percurso escolar com todo o sucesso e, portanto, as questões não podem aqui ser misturadas, eu tinha que fazer este esclarecimento.

Uma última nota para perceberem que não estamos propriamente aqui a brincar com este assunto porque, efetivamente, nós não aproveitamos as crianças para fazer manipulação. Estamos firmes desde o primeiro momento e há outros partidos que podem muito bem, já que na última reunião de Câmara nos acusaram de não levarmos uma Moção sobre isto, nós também temos os nossos timings, também temos as nossas prioridades, também temos o nosso ritmo de trabalho, mas não é preciso uma Moção nós clarificamos lá a nossa posição, tornámo-la pública e não dissemos que era da CDU, ou que era deste partido ou que era daquele, lemos, nem fazemos moções a mandado de outros, mas daquilo que mandámos para a Comunicação Social, firmando claramente a nossa posição, foi a posição de todo o executivo municipal, nem foi da maioria. O que nós continuamos convictos…, ah, mas para voltar à questão da seriedade, é que ainda mais esta questão da esperança é que se manteve aberto na rede, na rede, a rede escolar é fechada nesta altura para saberem então que lugares é que abrem para os concursos etc., isto estava na rede até há duas semanas, portanto nós continuamos a pugnar por este desiderato, queremos o regime de exceção para o CAIC do Lau, e acho que é isso que nos deve unir tudo o resto, enfim, já aqui foi adjetivado mas eu também quero apenas contribuir para este esclarecimento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse, Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só uma questão, para onde vão as crianças? As crianças vão para onde os pais entenderem, desde o momento em que haja vaga e não é o município que tem responsabilidades nisso, entenda-se. A legislação define claramente que a prioridade não é por ordem de residência, não é por local de residência, é por idade e é por isso que em Aires nós temos uma fatia muito significativa de crianças de outros concelhos, porque até do movimento pendular do trabalho dos pais há pais que podem trazer os miúdos para Palmela e que moram no Seixal e há pais, enfim, é por idade não é por área de residência.

Quanto aos números, nós temos o número de crianças, a sua proveniência, a sua área geográfica, mas não nos compete a nós dizer que vão para Lagameças que é melhor, ou vão para aqui, ou vão para acolá. Foi

apresentada a rede e agora em função da disponibilidade dos lugares na rede os Encarregados de Educação farão as suas escolhas, embora, como vos digo, isto foi entregue na segunda-feira ao Sr. Ministro, por acaso foi-me agendado ontem uma reunião com o Sr. Secretário de Estado, infelizmente não é sobre este assunto mas é sobre outro assunto que interessa também à rede escolar do Concelho, mas procurarei também nesse meeting voltar a falar neste assunto. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se querem rever? O Bloco de Esquerda quer intervir por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, mais uma vez.

Face aos esclarecimentos que o Sr. Presidente aqui apresentou, eu gostaria de solicitar à Bancada do Partido Socialista se pudessem alterar o terceiro ponto até para conseguirmos dar aqui um voto abrangente de toda a Assembleia Municipal, para que todos estejam de acordo neste ponto e para que o âmbito desta intervenção seja mais forte nós possamos estar todos de acordo, caso contrário eu vou-me abster a votar esta Moção do Partido Socialista.

Muito obrigado. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção? Partido Socialista tem a palavra, Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"No sentido do que o que interessa é a solução para as crianças e para as famílias, nós retiramos o ponto três para que a Moção possa ser aprovada e possa também ser ela mais um fator de força."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor, pela Bancada da CDU."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes para simplificar.

Para nós a questão não é do ponto quatro, cinco ou três, há aqui um sublinhado político da parte do Partido Socialista que é, na ausência de dados, deu o benefício da dúvida não à Câmara Municipal mas ao Governo que é uma opção legítima. Partiu do princípio é que a Câmara não tinha diligenciado no sentido de evitar que esta solução acontecesse e ficou hoje aqui claramente demonstrado pelas palavras, pelos factos, pelos elementos que o Sr. Presidente apresentou. Eu acho que não vos ficava mal nenhum ter essa capacidade e essa, diria, autocrítica relativamente à questão, reconhecerem o erro porque todos cometemos, terem essa humildade democrática, não diria de pedir desculpa, mas de reconhecerem o erro, objetivamente foi aqui demonstrado, ora bem, e retirarem todos estes pontos que aqui estão. O que está aqui objetivamente sublinhado é, que a rede pública existente não cobre a generalidade das necessidades e lamentar a forma como o processo foi gerido pelo Agrupamento e pela Câmara. Ora a Câmara não teve responsabilidade no processo acho que ficou claro, portanto os senhores o que deveriam, sinceramente, era retirar esta Moção e aí assim seriam coerentes.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Outras intervenções por favor? Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Na sequência da intervenção do Sr. Presidente, gostaria se possível, que o Sr. Presidente nos fornecesse "à posteriori" as datas dos contactos efetuados com o Ministério da Educação e as diligências efetuadas.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Então não havendo vamos votar a Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma rejeitada, por maioria, com oito votos a favor do PS, dezoito votos contra da CDU e 4 abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto ao Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira se…, desculpe, não, já tinha aceite remeter o tema anterior para o período agora de discussão com o Sr. Presidente da Câmara. Portanto, vamos abrir a discussão entre os Srs. Membros da Assembleia, perguntando se há mais alguma questão que queiram colocar neste período antes da Ordem do Dia? Questões ao Sr. Presidente da Câmara? Não vamos esquecer que temos já a questão agendada pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira.

Vou dar a palavra ao PSD/CDS agora."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Podia ter feito antes, peço desculpa, mas fazer uma interpelação à Mesa no seguinte sentido, as atas da Assembleia estão com grande atraso. Sabemos que há uma funcionária doente, já aqui trouxemos em Assembleias anteriores as sugestões para a resolução do problema e solicitávamos as melhores diligências da Mesa.

Relativamente à gravação das sessões também continuamos a aguardar da Sra. Presidente, e como também está dependente do Executivo da Câmara, informação sobre o assunto e também, já agora, face às comissões criadas nessa Assembleia exortava os Presidentes das Comissões a marcar as primeiras reuniões das mesmas, bem como requeria também resposta aos nossos últimos requerimentos e para já é tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais pedidos de intervenção por favor?

Partido Socialista, tem a palavra José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos. Quero apresentar os meus cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, aos restantes Membros da Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos Caros Membros da Assembleia, um cumprimento também aos Técnicos da Câmara hoje aqui em exercício, um cumprimento à Comunicação Social presente e um cumprimento especial ao Público a assistir a esta Assembleia.

Sra. Presidente da Assembleia, pedi-lhe a palavra para colocar duas questões ao Sr. Presidente da Câmara. A primeira, é que gostaria que o Sr. Presidente nos informasse sobre o eventual licenciamento de um aterro dentro da zona explorada da chamada Pedreira da Serralheira que fica na Herdade da Biscaia número dois, aquilo é chamado pedreira mas aquilo é um areeiro já desativado. Recentemente foi solicitado à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, por parte de uma empresa de consultores, autorização de um aterro para o enchimento da cava daquele areeiro. Há informação de que uma empresa, ou um grupo, comprou aquela propriedade não toda, que é de quarenta e tal hectares, mas os catorze hectares referentes à pedreira com o objetivo de fazer lá um aterro.

Esta gente já fez aterros noutros concelhos e o que se verifica é que em vez de depositar resíduos inertes de terras, lavra de pedreiras, ou deposição de resíduos destinados à recuperação paisagística das pedreiras, conforme está designado na lei, faz depósitos de lixo transformando a cava das explorações que eles têm a seu encargo numa lixeira a céu aberto.

Sr. Presidente, sabemos que esta matéria tem que ser tratada por várias entidades e a elas compete dar parecer, entre elas o Ministério da Agricultura, do Território, a própria REN, mas em última análise a autarquia também tem de emitir parecer sobre o assunto, terá sempre a responsabilidade e em última análise terá sempre à sua responsabilidade o evitar que aquele local se transforme numa lixeira, com resíduos de fábricas, cimentos, madeiras, metais, plásticos, lixo e até amianto, como se tem verificado noutros locais do país. É que nestes últimos anos de crise nós verificamos por esse país fora, e eu conheço a maior parte dos casos, pedreiras que encerraram, areeiros que encerraram, saibreiras que encerraram, onde ficou o buraco e agora tem havido uma grande pressão para aproveitamento dos buracos das explorações para os maiores crimes ambientais que se possa imaginar.

Algumas Câmaras, que permitiram esses aterros no seu território, já se sentiram enganadas e tentam reverter essas situações e temos algumas Câmara bem perto de nós que lhes aconteceu isso. Fica aqui um alerta para a Câmara de Palmela, pois não queremos uma lixeira a céu aberto no nosso concelho e gostaria que o Sr. Presidente dissesse o conhecimento que tem sobre a matéria.

A outra questão Sr. Presidente, este ano como vem sendo habitual, muitos alunos do nosso concelho ficaram a partir do dia quinze deste mês sem transportes públicos para poderem se deslocar para as escolas, no período de exames e respetivas aulas de apoio, especialmente a partir do dia quinze. Este ano os alunos e encarregados de educação da Escola Secundária de Pinhal Novo, foram informados pela respetiva Escola que os alunos poderiam usufruir de transporte se para isso o solicitassem junto da Escola, através do seu Diretor de Turma. Portanto, poderiam vir a usufruir de transporte nessa altura em que não há os transportes escolares, a partir do dia quinze, e assim muitos alunos que moram distantes da escola como no Poceirão, Marateca e por aí a fora, o fizeram. Inscreveram- se, através do Diretor de Turma, e disseram nós não temos transportes para vir à preparação para os exames e aos exames. No entanto, na véspera dos exames, foram informados por escrito pela Escola Secundária que deveriam de arranjar transporte, e passo a citar o que disse por escrito a escola aos encarregados de educação e aos alunos daquela escola: *"Até ao momento a autarquia nada informou sobre a possibilidade de assegurar transporte de alunos durante o período de exames. Assim os alunos deverão procurar alternativa - transporte fiável que lhes permita chegar a horas para realizar os exames.*", fim de citação.

Sr. Presidente, o que está aqui em causa não é que a autarquia tinha, ou não, esse dever e na minha opinião não tem, o que está aqui em causa é se a autarquia teve responsabilidade na expectativa criada aos alunos e encarregados de educação, particularmente naquela escola porque o meu filho foi um dos casos, e se não teve o que é que tem a dizer sobre isto?

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais pedidos de intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu peço desculpa, que há pouco como era uma interpelação à Mesa. Tenho aqui vários assuntos vou enunciá-los apenas por tópicos.

Tivemos uma reclamação de um munícipe Sr. Presidente relativamente ao Processo 781/70, que tem a ver com a legalização de uma queijaria em Quinta do Anjo e que não vou aqui dar todos os pormenores, poderei depois enviar para o Sr. Presidente. Direi que numa informação a vinte e sete de maio, ter-lhe-á sido dito que o processo estava para cálculo de liquidação da taxa, mas depois posteriormente, com atendimento, disseram-lhe que estava para a avaliação do impacto sonoro. Entretanto o senhor tinha reclamado porque tinha tentado ligar várias vezes para Câmara e não tinha conseguido ser atendido, reclamação que recebeu resposta da Câmara em devido tempo, justificando o não atendimento. Eu, também, durante esta semana liguei para a Câmara e deveria haver ali um problema no PBX, porque realmente nem sempre éramos atendidos. Após muita insistência também consegui ser atendida e daí apresentar este reparo. A dada altura até me apareceu uma mensagem em inglês, não sei se eram linhas trocadas, mas não era, era uma mensagem no sentido de espere pela sua chamada era assim tipo "*não podemos atender*", nem parecia uma mensagem da Câmara Municipal, acredito que tenha havido algum problema no próprio atendimento, esse é um dos pontos.

Outro ponto que me solicitaram, também, umas pessoas ligadas à Igreja de Quinta do Anjo era para quando o cumprimento da promessa de fornecimento de pedra para adro da Igreja de Quinta do Anjo.

Depois junto ao Clube dos Portais da Arrábida, eu já tinha aqui salientado e consta, salvo erro, da ata anterior que aprovámos, não foi a de hoje foi a da última Assembleia, por vários assuntos que continuam por resolver. Estes candeeiros que estou a referir são para manutenção da Câmara, não são os da EDP, atualmente até foi cortado um e está tipo candeeiro anão. Aconselho alguns de vós a visitarem o local, além de estarem tortos penso que apresenta perigo até para crianças e, portanto, queria aqui solicitar mais uma vez o que já foi solicitado, há um ano, que reparem nesse assunto. Neste caso não sei se é com o Sr. Vereador da Iluminação, porque aqueles candeeiros são da Câmara, não são aqueles postos da EDP.

Para além disso e, relativamente, já agora para obviar à Recomendação do Bloco de Esquerda relembro aqui que recomendámos também isso há um ano e portanto o Bloco trouxe isto em recomendação escrita, nós na altura recomendámos verbalmente aquando da nossa visita descentralizada da Coligação Palmela Mais e que poderá ser constatado, consta no nosso facebook, e portanto concordamos com isto.

Sugerimos também já agora, não sei se o Sr. Presidente me está a ouvir, que a identificação seja reposta junto à Capela de S. Gonçalo, onde também já esteve a indicação das localidades há anos e que desapareceu já há dois, três anos, tendo agora uma placa que diz STAPLES, já agora se fizerem essa revisão poderão fazê-lo também ali.

Esta semana, para matar saudades como dizia o Dr. Valentim, na passada terça-feira estive na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo e tínhamos também recebido uma reclamação de uma munícipe e que eu pedia ao Executivo da Câmara para rever esta questão, em termos de orçamento, que é a pavimentação da Rua Manuel Xavier de Carvalho. Esta munícipe já reclama a aposição de pavimento como deve de ser uma vez que até sofre de asma, a expensas dela parece que pôs um bocado de alcatrão, há vários moradores a queixarem-se muito desta rua, de entre outras, mas esta reclamação se bem me lembro já é recorrente para aí há dezoito anos que eu cá estou, além de outras, mas pronto. Queria chamar aqui a atenção porque é uma rua que tem muito movimento também. A rua de Goa, também queria perguntar ao Sr. Presidente qual será a data, embora o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo também disse que iria fazer chegar todas essas informações ao Sr. Presidente. Em todo o caso, também uma praga de baratas junto ao Pavilhão do Quintajense, na lateral, segundo referiu um munícipe. Também foi questionado para quando a data do início da pintura do Mercado de Cabanas e também uma questão que aqui nos levanta e que foi respondido que haverá a oito de julho as ideias/propostas para o Mercado de Quinta do Anjo, se o Sr. Presidente nos poder fazer chegar alguma informação sobre isso teríamos muito gosto, e foi também solicitado um telheiro que una o refeitório da escola, um corredor vá lá tapado, para as crianças da Escola de Cabanas. Isto foi o que se passou lá muito resumidamente do que eu ouvi.

É claro que temos outras reclamações, mas também sabemos que não pode ser tudo feito. Apraz-nos, depois referiremos na atividade da Câmara, alguns dos problemas que também levantamos estão já solucionados e para já é tudo Sra. Presidente.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão? Partido Socialista, tem a palavra por favor, Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Em Aires as baratas fazem concurso noturno, em noites de mais calor aquilo é um festival de baratas por todo o lado, portanto era para solicitar também que fosse feita uma desinfestação relativamente às baratas na zona de Aires."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais alguma intervenção?

Bem, então eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para as informações que entender que pode prestar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Tentando, resumidamente, responder às questões suscitadas começaria pelas questões de sinalização direcional e de localidade apontadas pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, para lhe dar nota que, com exceção de quem sai do troço da avenida dos Ferroviários de Vale Flores, junto à rotunda do monumento ao Bombeiro, temos depois na rotunda à entrada, junto àquela grande superfície comercial, nós temos ali uma zona que é estrada nacional e esse compromisso da colocação da sinalização depois de termos contactado com a Estradas de Portugal e não termos conseguido que fizessem a sinalização com as indicações que nós consideramos que são úteis a quem ali circula, até para desviar parte de algum trânsito da rua Gago Coutinho e irem para a avenida dos Ferroviários, o município entendeu adquirir as placas de sinalização direcional, ainda foram uns milhares de euros, porque são muitas e tem previsto colocar essas placas nas próximas semanas. Aliás só não estão colocadas desde o início do mês porque as nossas brigadas, mesmo as que trabalham na área da sinalização, têm estado envolvidas no apoio a um conjunto de eventos que basta consultar o calendário para perceber que toda a gente trabalha para aqueles eventos, bem hajam as comissões e as associações de festas e as coletividades, mas as coisas para serem possíveis há muita gente a trabalhar para aquilo e isso atrasa depois os nossos compromissos, aliás o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo tem insistido connosco porque sabe que nós temos as placas e nunca mais as colocamos, aliás até me disse: *"Para a semana é a semana descentralizada do Pinhal Novo, a ver se as placas chegam cá."* Bom, poderá ser uma feliz coincidência mas a razão de não estar desde o início do mês tem a ver de facto com o envolvimento dos trabalhadores de várias brigadas no apoio logístico a um conjunto de eventos que não param no nosso concelho, espero em breve ter essa tarefa concluída.

Já no lugar de Batudes é um bocadinho mais complicado, também com as Estradas de Portugal, porque se estou a entender bem a sua questão trata-se mesmo de uma placa de localidade e à beira da nacional e essa compete efetivamente às Estradas de Portugal. Faremos chegar essa missiva agora às Infraestruturas de Portugal, que é agora o nome da nova entidade, como fizemos na zona da Agualva, e noutros sítios, onde muitas vezes os nossos munícipes solicitam à Câmara que coloque ali placas mas nós não temos legitimidade para tocar ali, aqueles sinais não ficam registados. Na municipal faremos essa sinalética, a Sra. Vereadora tomou nota do assunto.

Depois sobre as questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, Sra. Membro da Assembleia, desde que nos faça chegar as exposições, reclamações, pedidos, nós respondemos a tudo, seja por intermédio de V.Exa., desde que venham por escrito e até fazemos questão de responder por escrito para que não haja mal entendidos. Sobre requerimentos, só tenho nota de um que esteja por responder, se

houver mais algum fará o favor de informar, só um é que está em falta, um único. Relativamente às questões das reclamações, nós conhecemo-las, vamos respondendo aos nossos munícipes e vamos respondendo ao Sr. Presidente da Junta, que nos faz chegar, e ele encarregar-se-á de fazer chegar os esclarecimentos à Assembleia de Freguesia mas, se nos colocar algumas questões por escrito, eu terei muito prazer em explicar com detalhe quais são os procedimentos que estão em curso para resolver algumas das questões colocadas.

Outras mais objetivas, que falou em nomes concretos e compromissos que foram assumidos, a rua de Goa é a primeira intervenção a fazer na empreitada de conservação permanente. Fizemos uma que conseguimos antecipar dessa empreitada no Fernando Pó e a rua de Goa é a próxima, só que entrou noutro pacote, noutra empreitada, e já está adjudicada, penso que estamos em fase de habilitação da empresa, entrega dos documentos, etc., e temos todo o interesse em cumprir quanto mais cedo melhor, até porque neste pacote vão outras intervenções noutros sítios e, portanto, em julho teremos obra no terreno.

Quanto ao Mercado de Cabanas, também há cabimento, também há procedimento em curso. Para além da pintura exterior, incluímos também as caixilharias, se não estou em erro, e por isso também no verão teremos um Mercado bem conservadinho e com bom aspeto. Aliás eu disse lá a uma das vendedoras que tinha que ir lá em agosto visitá-la parar saber se, efetivamente, estava ou não estava e ela comprometeu-se a oferecer-me um quilo de sardinhas, mesmo que esteja a dezoito euros o quilo, como na véspera da noite de São João.

Quanto as outras questões, tomei nota.

Se calhar até porque também houve estas questões da desinfestação, responderia em bloco para percebermos como é que isto funciona. Desde logo dizer-vos que nós fazemos um procedimento para o ano inteiro, é adjudicado a uma empresa e a empresa intervém nos locais onde aparecem esses fenómenos, voltamos a fazer ciclicamente, porque aquilo tem um período, mas não se fazem todas as redes de saneamento porque isso ninguém no mundo consegue fazer. Sempre que somos alertados por qualquer munícipe, intervimos nesse local, explicamos em que é que consiste a intervenção e aguardamos os resultados. Houve locais onde já interviemos pela segunda vez e, portanto, desde que nos façam chegar a identificação das ruas o procedimento está em curso e ainda há verba e ainda continuaremos a fazer. Aproveito para dizer, e não sei se tiveram oportunidade de acompanhar a Comunicação Social, ainda aqui há poucas semanas um especialista nestas áreas escrevia, num jornal nacional, sobre alguns fenómenos relacionados com o aquecimento, etc., etc., que têm sido propícios a uma maior propagação destas pragas e também uma maior ineficácia de alguns tratamentos químicos que, também, por terem outras contra indicações vão sendo substâncias proibidas de aplicar. Isto significa que, se calhar, passaremos a ter que ir três e quatro vezes, porque alguns tratamentos, se calhar, não são tão eliminadores, farão cócegas às baratas, não sei, mas nós procuraremos estar sempre, por um lado, dentro da lei e por outro lado ocorrer às situações que nos forem sinalizadas.

Sobre a gravação, porque tem colocado esta questão amiúde, eu aproveitaria para dizer que da parte da Câmara Municipal nós procuraremos fazer um esforço mas há que ter aqui em consideração o seguinte, nós não temos os meios técnicos adequados para as gravações em vídeo. Nós começámos isto como uma experiência, não é uma obrigação, o que nós temos que fazer é atas e as gravações em áudio das atas, mas que isto implica mobilização de trabalhadores e horas extraordinárias. Também não é qualquer trabalhador que faz a manipulação desses equipamentos e, portanto, esses trabalhadores também têm direito a folgas, também têm direito a compensações, e nós nem sempre conseguimos substituí-los. Até nas reuniões de Câmara já tivemos períodos de interrupção, aliás não fazemos transmissão há duas reuniões e, portanto, também esclarecer isto para que depois não se queixem do aumento das horas extraordinárias quando aprovarem os orçamentos municipais.

Sobre as questões apresentadas pelo Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, licenciamento do aterro, atenção que o município não tem competência para licenciar. Quem licenciará será o Ministério do Ambiente, o município emitirá parecer. Estamos atentos e se é o areeiro que eu conheço nessa localização cujo processo tive oportunidade de mexer e intervir há uns anos atrás, o que estava previsto, até por parte do anterior explorador, era o repovoamento com plantação de espécies vegetais porque, quando se faz este tipo de exploração, faz parte um plano ambiental de reposição depois daquela exploração nas devidas

condições. Obviamente estaremos atentos a qualquer tentativa de utilização daquele espaço para outro fim e que não cumpra as regras ambientais exigíveis.

Transportes escolares, públicos, nós informámos as escolas e assegurámos aos alunos do Poceirão, desde logo, por serem aqueles que se deslocavam de distâncias maiores. A informação que tínhamos é que para a Secundária de Palmela fizemos a interlocução com os TST e colocámos os TST em contacto com a própria Escola, esta questão do Pinhal Novo. No Poceirão foi articulado também com os TST, exceção do quarto ano de escolaridade, em que foi a Câmara que fez. Mandámos também um e-mail para os TST com pedido para reposição das carreiras e demos conhecimento à Escola Secundária, à professora Isabel Catarino no Pinhal Novo que é, se não estou em erro, a vice ou quem está abaixo da diretora Celeste Martins e não tivemos nota de ter havido problemas mas, por vezes, há aqui questões de comunicação que podem colocar-se, mas procuraremos perceber o que é que se passou, porque prevendo problemas nós tentamos antecipar-nos e fazer parte da solução.

Relativamente ao telheiro da Escola de Cabanas, tudo isso está no Plano também e penso que ficará concluído em breve.

Sra. Presidente, duma forma geral, tentei dar algumas informações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos prosseguir? Sim?"

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Coloquei duas questões que são objetivas, foram bem explicitadas, isto é para a Sra. Presidente fazer o favor de me dar uma informação porque é, portanto, uma interpelação factual.

Eu ouvi a resposta do Sr. Presidente às duas questões que eu coloquei. Ouvi com muita atenção o Sr. Presidente respondeu muito simpaticamente eu juro-lhe, Sra. Presidente, que percebi tintim por tintim as poucas palavras sobre as duas matérias que eu coloquei e que o Sr. Presidente respondeu, mas o Sr. Presidente é capaz de me responder o que é que o Sr. Presidente estava a falar? Porque não respondeu absolutamente nada às questões que eu coloquei, nada. É tão explícito às vezes a falar muito tempo para dar respostas simples e agora fiquei sem saber. Quer dizer, a Escola Secundária culpa a Câmara Municipal, de certa forma, por não ter arranjado à última da hora transporte ficando os alunos, que se tinham inscrito para ter esse transporte, sem transporte. Eu pergunto à Câmara, que não tem essa obrigação, mas que criou essa expetativa, se Escola Secundária está a mentir e, bem, o Sr. Presidente diz que vai ver, vai estudar, isto é grave. Cortaram-me a palavra, porquê? Não tenho micro…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Como? Tem, tem."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Tenho? A outra questão em relação ao aterro, sinceramente, eu também não percebi o que é que o Sr. Presidente estava a falar, porque diz aquilo que eu disse que a Câmara não é a que aprova o aterro, também disse que não. Disse que, efetivamente, a Câmara é a última a dar o parecer, tem que dar o Ministério da Agricultura, do Território, da REN, etc., etc., eu expliquei isso mas o Sr. Presidente disse bem é assim nós não temos que dar, está sempre a deturpar o que a gente diz, exatamente aquilo que eu disse é que a Câmara não tinha que dar autorização, em última análise tinha era que não permitir se fizesse daquilo um aterro a céu aberto como é o que vai acontecer.

De facto o Sr. Presidente quando não tem resposta, ou quando não tem interesse em aprofundar as questões, dá a sensação que está a falar com alunos. Isto aqui é a Assembleia, tem que ser esclarecido.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu julgo que o Sr. Presidente foi claro e que toda a gente percebeu o que estava em causa relativamente aos assuntos. Eu admito que as respostas do Sr. Presidente pudessem não ser aquelas que o senhor desejaria ouvir mas isso é outra questão, não podemos dizer que o Sr. Presidente não tratou o assunto.

Há mais algum pedido de intervenção? Sobre as questões colocadas Sr. Membro da Assembleia do Bloco de Esquerda ficamos por aqui? É isso? Muito bem então vamos avançar.

Terminamos nesta fase e entramos diretamente no Ponto Um da Assembleia.

Sr. Presidente da Câmara, volto a dar-lhe a palavra."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado, Sra. Presidente.
Eu permitia-me destacar relativamente à Informação Municipal que este foi um período rico em iniciativas e também e também no desenvolvimento de alguns investimentos, sublinhando o esforço da organização na resposta a desafios em várias frentes de trabalho, dada uma cada vez maior escassez de meios materiais e humanos mas ainda assim, importa sublinhar o conjunto de obras iniciadas, em curso e concluídas e que convictamente consideramos conferem mais qualidade de vida e segurança às nossas populações.

Destaco neste período o conjunto das iniciativas integradas no Dia Municipal do Bombeiro, que acaba por ser um mês, este ano teve centralizado na Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Águas de Moura, e este conjunto de iniciativas que permitiram mostrar e testar a preparação e a capacidade de intervenção das três corporações do nosso concelho, em simulacros, ações dirigidas a setores específicos da população. O programa ficou enriquecido com outros momentos altos nomeadamente uma exposição subordinada ao tema "A arte de combater o fogo – século e meio de evolução" e o lançamento do livro "Caminhos que convergem – o Município de Palmela e os seus Bombeiros", que assinalou os quinze anos de comemorações, efeméride que teve ainda um outro evento, marcante nomeadamente o lançamento de um postal comemorativo pelos Correios de Portugal.

Neste período, e também nesta área destacamos, a atribuição um subsídio de trinta mil euros à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, para apoio ao investimento uma verba que corresponde a um compromisso assumido com as três corporações de Bombeiros no sentido de reforçar de igual forma os apoios já protocolados, aumentando, a sua capacidade de investimento, numa rubrica em que ficaram afetos noventa mil euros a distribuir pelas três Associações.

No domínio da Educação, concluímos a substituição da cobertura do edifício pré-fabricado da Escola Básica Palmela 2 e foram colocados toldos no Jardim de Infância de Vale da Vila, EB Alberto Valente, Cabanas, José Saramago (1ºciclo) e Águas de Moura 1, o último a ser montado foi em Águas de Moura o de Cabanas deverá estar a ser montado, mas a empreitada foi neste período.

As festas de encerramento do Fantasiarte, um projeto que completou vinte anos, envolveram oitenta programas em palco, três milhares de crianças e jovens de todos os níveis de ensino. Teve este ano também a participação da APPACDM de Setúbal e utentes de associações de idosos do concelho.

No Centro Histórico, decorreu a primeira edição deste ano dos "Mercadinhos de Palmela", que reuniu vinte e dois expositores e que vai manter uma periodicidade bimensal, até dezassete de Outubro.
Neste período também a segunda edição do projeto de voluntariado 2 (de)Mãos por Palmela mobilizou moradores da vila e trabalhadores do Município e outros voluntários, que pintaram aqui vários espaços públicos.
De referir igualmente no Centro Histórico o desenvolvimento da obra do Espaço Cidadão, que está em fase de conclusão, e uma requalificação feita por administração direta e também em pareceria com a Junta de Palmela da rotunda do Chafariz de D. Maria.

No domínio do saneamento, foi instalada a rede, ramais e ligação domiciliária na rua de S. Julião - posteriormente pavimentada, na sequência da construção da rotunda da EN 379 – concluída a rede na rua Joaquim Ferreira Calote, em Cabanas, e iniciado o prolongamento na rua 1º de Dezembro, na Carregueira.
Foi, entretanto, iniciada a limpeza e corte de vegetação em troços da ribeira da Salgueirinha, para a realização de sondagens, um primeiro passo no âmbito da sua tão ambicionada regularização, cujo projeto está adjudicado e em fase de execução.

No espaço público, está ainda concluído o arranjo dos espaços exteriores adjacentes à ciclovia poente de Pinhal Novo e implementado o projeto de hortas comunitárias na Serra Grande, Palmela.

Duas datas particularmente importantes para o concelho foram assinaladas neste período, com uma forte participação da população e uma componente cultural muito expressiva.

Falo-vos das comemorações do 41º aniversário do 25 de Abril, com a sessão solene extraordinária da nossa Assembleia, a programação cultural, desportiva e recreativa diversificada, com um forte envolvimento do movimento associativo e da população.

Depois as comemorações do Dia do Concelho começaram, este ano, no último dia de Maio, com a estreia, da Sinfonia Palmela, do maestro Jorge Salgueiro e com a participação de músicos das nossas Filarmónicas do concelho, do Conservatório Regional, da Orquestra Nova de Guitarras. Foi um momento altíssimo muito emotivo e dada a sua importância há já o compromisso de desenvolvimento nos anos seguintes.

O ritual da Queima do Judas também decorreu neste período, completou vinte anos, também se assinalou o Dia Mundial da Dança, o Dia Internacional dos Museus, uma exposição ainda integrada no 25 de abril as fotografias de Eduardo Gageiro aqui ao nosso lado, e o Encontro Concelhio de Folclore, também no final de maio.

Uma referência especial para a atribuição ao Museu Municipal do Prémio "Ação Pedagógica", no âmbito dos Prémios SOS Azulejo 2014, atribuído pelo Museu da Polícia Judiciária e Escola de Polícia, no âmbito da proteção deste património. Tratou-se do projeto Maleta Pedagógica "Arte2 – o Património Azulejar do concelho de Palmela" mereceu a distinção.

O investimento na rede viária abrange um conjunto muito expressivo de obras, de pequena e grande dimensão mas que, no seu conjunto, conferem mais segurança rodoviária e pedonal no nosso concelho.

Destaca-se, a execução da rotunda, que incluiu redes de água, pluvial, pavimentação e sinalização, falta apenas concluir o arranjo paisagístico desenvolvido já à posteriori. No centro da rotunda, que colocamos uma peça escultórica intitulada "O Brinde", do escultor Pedro Marques, que contou com o apoio das adegas e da Associação da Rota de Vinhos.

Foram, também, concluídas a pavimentação da Rua José Francisco Bento, em Fernando Pó, a obra do acesso pedonal sul à estação da REFER, em Venda do Alcaide, iniciada a remodelação da conduta de abastecimento de água e pavimentação do Aceiro das Sapatarias, em Pinhal Novo.

Há depois muitas dezenas de intervenções de repavimentação, limpeza de bermas, execução de passagens hidráulicas e estruturas de proteção, enfim muitas coisas feitas por administração direta, estão depois numa extensa listagem, em Algeruz, na Rua do Caixinhas, por aí fora.

Depois tivemos no âmbito da promoção turística e do desenvolvimento económico, a 20ª edição da Mostra de Vinhos de Fernando Pó, vinte e nove tintos, igual número de adegas. Foi um momento importante também com um colóquio, pertinente sobre a "Importância do enoturismo para o desenvolvimento da região", e a reflexão sobre a importância de associar a atividade vitivinícola à oferta turística local que felizmente vai tendo novos espaços remodelados e com público fidelizado.

Decorreram ainda duas semanas das freguesias, uma dedicada à Quinta do Anjo e Poceirão. A saúde e a educação foram temas centrais das sessões de trabalho, que incluíram obviamente, contactos com empresas e agentes associativos e visitas a obras umas em curso outras programadas como aliás hoje já foram feitas questões sobre algumas delas.

Destacar o projeto (A)gente do Bairro, que começa a apresentar os seus primeiros resultados , com ações, e obras concretas fruto destas parcerias entre Câmara, Juntas, associações de moradores, formais ou informais, assim aconteceu com a reconversão e recuperação dos espaços verdes no Bairro da Cascalheira, com inauguração da estação de *street workout* e reconversão do Espaço de Jogo e Recreio da Solidariedade, no Bairro da Confidente, em parceria com moradores e com a Junta e instalação de um novo circuito de Prevenção Rodoviária para crianças, em Venda do Alcaide com a associação de moradores.

Ainda durante este período, sublinha-se o trabalho preparatório para a criação do Plano Municipal para a Igualdade de Género que conhecerá, em breve, o seu desenvolvimento, em colaboração com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

A terminar, a informação de que Palmela assegurou um financiamento de cerca de quatro vírgula nove milhões de euros, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML, estando agora reunidas condições para a apresentação de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Os projetos a candidatar terão um valor global de mais de nove vírgula seis milhões de euros (o dobro do valor candidatável) e abrangem, entre outros investimentos e ações, a eficiência energética e utilização de energias renováveis em edifícios municipais, entre os quais, o Cine Teatro S. João; a conservação e proteção do património natural e cultural; a inclusão social; a ampliação e requalificação das escolas básicas de Águas de Moura, Aires e Matos Fortuna; a promoção do emprego e criação de micro, pequenas e médias empresas.

O Município apresentou também uma candidatura ao Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência em Uso de Recursos (POSEUR), no valor de dois vírgula quatro milhões de euros, no domínio da Proteção Civil. Esta candidatura contempla a intervenção nos quartéis dos Bombeiros de Pinhal Novo e Palmela e a aquisição de equipamento para as três corporações do concelho, destinado ao apoio à prevenção de riscos, no valor de mil e seiscentos mil euros. Inclui ainda uma verba de cem mil euros para o Plano de Emergência do Centro Histórico.

Sobre estas matérias aguardamos e aliás começam agora a sair com algum atraso é certo, alguns avisos e procuraremos, à medida que os avisos forem claros no âmbito dos projetos e das candidaturas, ir trazendo informação a este Órgão sobre a efetivação destas mesmas candidaturas.
Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão ao Sr. Presidente? Tem a palavra pelo Partido Socialista o Membro Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me cumprimentar na sua pessoa todas e todos os presentes.

A minha intervenção prende-se, no seguimento de várias denúncias e várias queixas que nos chegaram de munícipes, quanto ao circuito de manutenção do Pinhal Novo no lado sul. Quanto a este circuito de manutenção já foi feita, portanto, o corte da relva que estava bastante grande mas, há cerca de duas ou três semanas, foi feito um corte da relva e já está melhorzinho do que aquilo que estava, mas ainda assim este é um espaço que apresenta condições bastante deficitárias tendo em conta o potencial que poderia representar para a população.

Falo concretamente quanto à existência de dejetos caninos junto dum espaço que é utilizado para prática desportiva e ao nível de saúde pública também é uma questão que nos preocupa. Nesse sentido gostaríamos de sugerir a colocação de uma placa com a informação da proibição e das coimas aplicáveis, pensamos que a colocação desta placa não irá resolver o problema mas, pelo menos, ajudará a minimizá-lo, isto em termos de curto prazo. A médio prazo gostaríamos, também, de sugerir a ponderação da necessidade de renovação de equipamentos, alguns equipamentos estão inutilizados, outros cujos assentos necessitam de maior manutenção e que já não estão nas melhores condições possíveis. Gostaríamos também de sugerir a ponderação da colocação de mais bancos neste espaço porque, atualmente, só existe um banco e está sempre ao sol, não apanha sombra, é um problema do Pinhal Novo não sei o que é que se passa com o Planeamento Urbanístico, e também a colocação de um bebedouro porque parece-nos um pouco inconcebível que num espaço de prática desportiva, e de atividade física, não haja um bebedouro, portanto isto já a médio prazo que fosse repensada a colocação destas obras.

Noutro âmbito aproveitava, também, para fazer um pedido de informação ao Sr. Presidente da Câmara, sobre as negociações e perspetivas de negociação com a Infraestruturas de Portugal no que toca aos processos dos viadutos, do estacionamento da Estação de Pinhal Novo no lado sul e da torre de sinalização e manobra, porque estes são processos que estão em negociação com a anterior REFER, agora com a nova estrutura que se junta às Estradas de Portugal, Infraestruturas de Portugal, e que são processos que nos preocupam e que o PS acompanha e aos quais reconhecemos elevada importância para o concelho e em especial neste caso do Pinhal Novo e, portanto, gostaria de solicitar quais é que são as perspetivas de negociação e como é que está realmente estes processos com a REFER, que sabemos que são processos que têm estado complicados e que esperamos que sejam resolvidos da forma mais célere possível.

É só muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Outras questões? Não havendo, pergunto ao Sr. Presidente se deseja usar da palavra?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Já agora, desculpe Sr. Presidente de interromper, mas se há mais pedidos de intervenção, vamos tentar."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vou ser muito breve.

Antes de mais agradecer o envio à nossa Bancada do Livro das Comemorações, relativas ao Dia Municipal do Bombeiro.

Efetivamente, estivemos aqui a ver a atividade e salientamos que algumas das nossas preocupações, já apontadas no ano transato, estão a melhorar significativamente, nomeadamente no que concerne às AUGI's cuja informação iremos requerer mais pormenorizadamente.

O novo site da Câmara também já o consultámos, eu por acaso tive dificuldade em compreender, mas isto é a minha opinião pessoal, porque é que os editais da Câmara estavam num sítio fora onde está o Executivo da Câmara mas isso, com certeza, que o Executivo estudou isso, isto é só um pequeno aparte.

Também nos congratulamos, por exemplo na página trinta e dois, continuarem no diagnóstico das infraestruturas em loteamentos inacabados que aqui apontámos, na Assembleia Municipal, e sobre as quais fizemos os devidos requerimentos escritos, nomeadamente em Pinhal Novo, Palmela, Quinta do Anjo a título de exemplo.

Eu aqui tinha uma dúvida, na página trinta e quatro, relativamente ao abastecimento de água é aqui referido que o trabalho era feito por uma empresa, que foi cancelado porque a empresa foi à insolvência e que fizeram um ajuste direto simplificado durante três meses para o futuro, qual é o futuro então Sr. Presidente, para além destes três meses?

Também, já agora, fizemos a análise aqui dos contentores de oitocentos litros, eu por acaso fiz uma reclamação para a Junta de Quinta do Anjo, através da Junta, para substituição de um contentor mas efetivamente não obtive resposta. Não sei se não foi direcionado para o Executivo da Câmara, portanto irei enviar diretamente para o Sr. Presidente essa reclamação.

Assim que me recorde, estive a ver a evolução dos processos judiciais e também iremos pedir esclarecimento escrito, não vale a pena estarmos aqui a fazer.

Já agora Sra. Presidente, deixe-me só dizer-lhe relativamente à iluminação publica e energia há pouco falei de uma parte que não era da EDP, permitam-me só relembrar que a estrada da Coca-Cola continua há meses com lâmpadas fundidas e o caminho 1029, também em Quinta do Anjo. Peço desculpa de falar mais, mas é onde eu passo mais vezes e por acaso vi que as intervenções estão mais nas outras freguesias e é por isso que relembro aqui. Em todo o caso já agradeci ao Sr. Vereador ter iluminado a rua da Junta porque lutávamos há mais de dez anos e congratulo-me, também, com uma sugestão que tínhamos apresentado, e até requerido, e que a CDU também acolheu e com certeza concordou porque também era, se calhar, um ponto em comum no programa que era o recenseamento da atividade económica do concelho e vejo que na página sessenta e um, está a evoluir muito favoravelmente e portanto também iremos requerer informação sobre isso.

E é só muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Por parte do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Membro Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito rapidamente, para salientar um aspeto que me parece importante, que é os processos dos estágios curriculares. É falado aqui no âmbito dos protocolos celebrados pela autarquia e estabelecimentos de ensino, eu espero que este seja um processo que se dê continuidade, e se vá fortalecendo porque, efetivamente, os estabelecimentos de ensino, nomeadamente os do concelho, a nível da oferta educativa têm feito um esforço enorme para integrarem cada vez mais jovens no ensino secundário, nomeadamente os cursos profissionalizantes e seria bom que a autarquia fosse, e continue a ser, um agente ativo neste intercâmbio e nesta parceria que é fundamental. Sabendo que é difícil integrá-los após, mas é importante esta manutenção deste trabalho e portanto salientar esse aspeto que nos parece importante.

Depois, salientar a obra que se tem estado a fazer também e efetivamente há aqui um trabalho realizado, que vai um pouco ao encontro de muito do que aqui se tem falado e se tem pedido, na área da iluminação pública vê-se que há aqui muito investimento e há aqui uma melhoria significativa em muitas áreas. Penso que é transversal a todo o concelho e chamar a atenção para uma coisa que é um pormenor, mas que os pormenores às vezes dão um pequeno buraco que, geralmente, pode dar origem a um grande buraco. Na rotunda nova da Estrada Nacional 379, há dois dias ou três que houve duas pedras soltas e entretanto foi arranjado com um remendo que ficou feio, ou seja aquilo nota-se. Mesmo quem passa de carro nota que numa obra que ainda agora foi acabada já tem ali um remendo que desconfigura um bocado aquele centro. Acho que poderia ter havido um cuidado, logicamente isto é uma chamada de atenção para quem fez a obra e a culpa não é da Câmara, mas chamo a atenção porque aquele remendo está feio, já é um remendo e a obra, se calhar, precisava que aquilo fosse, efetivamente, posto conforme estava na origem e não com um remendo daqueles. Depois, também, a obra é dada como completa, mas não está completa, faltam ali pequenos pormenores e acho que é uma obra que, efetivamente, consegue fazer uma melhor gestão de tráfego, pelo menos por enquanto. Esperemos que a rotunda da Volta da Pedra se concretize, também, para que o ordenamento de tráfego ali se faça em complementaridade.

Só um pedido, que já foi pedido aqui, que é houve substituição de equipamentos informáticos mas nós na Assembleia Municipal continuamos com as nossas velhinhas máquinas que não arrancam, têm dificuldade e assim que fosse possível, mesmo se calhar alguns deles que são substituídos são melhores que aqueles que lá estão, que já nem para aquária servem, mas que temos alguma dificuldade em trabalhar com eles.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto se há mais alguma questão a colocar ao Sr. Presidente da Câmara? Então não havendo, Sr. Presidente, pergunto agora sim se deseja responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Muito obrigado por me permitir responder a algumas questões suscitadas pelo Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina relativamente ao circuito de manutenção no lado sul. São observações pertinentes, ainda assim esclarecer que há duas áreas de intervenção o circuito é da responsabilidade da Junta de Freguesia, o município no corte de relva obviamente que corta em torno dos prédios num perímetro que corresponde ao loteamento e procuramos às vezes ajudar e cortar do outro lado também, quando a vegetação está mais elevada. Esta questão da placa é uma sugestão, aceitamos como outras, não é um processo fácil já lá houve placas, já lá houve dispensadores de sacos ao longo dos anos. A questão do bebedouro iremos analisar, mas dar-lhe nota que infelizmente alguns bebedouros que temos montado nalguns desses espaços, e outros, são constantemente vandalizados e acabamos por ter de fechar a água sobre pena de termos ali situações de desperdício constante de água, para além de encargos elevados com sucessivos roubos de torneiras, entre outras coisas, mas procuraremos responder e colaborar com a Junta na melhoria do espaço.

Sobre a negociação com a REFER, pois bem isto cada vez que há mudanças complica-se tudo. Ainda recentemente a nossa Diretora do DAGOT (Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território) teve uma reunião com um novo interlocutor da REFER, a propósito de compromissos, a propósito de algo que quereremos falar na próxima semana, que é o parque de estacionamento a sul nas traseiras dos reformados, e o senhor ao ser confrontado com os tais compromissos dos parques e da comparticipação no parque de estacionamento, disse que não conhecia nada disso e que não tinha nada a ver com isso. Lá terei eu que ir outra vez falar com o novo diretor, nesta feita, nas Infraestruturas de Portugal porque o meu anterior interlocutor, Eng.º Rui Loureiro que entretanto está armado em cangalheiro da Carris e do Metro, a função dele é ser cangalheiro para a privatização e digo isto a brincar mas com todo carinho pelo senhor, que sempre me recebeu muito bem, procurámos algumas aproximações tendo em vista resolver alguns destes assuntos, mas essa interlocução perdeu-se e estamos de novo a tentar refazer todo o histórico e toda a informação para podermos acertar alguns compromissos.

Sobre a torre de sinalização e manobra é difícil aproximarmo-nos porque nós queremos manter a torre de sinalização e manobra. Já houve orçamentos para a sua deslocalização, já houve estudos para a sua manutenção e com alterações nas vias. A REFER a última vez que falámos, sobre o assunto, não quer ouvir falar daquilo nem gosta de saber que eu, e outros cidadãos, durante muitos anos fomos obstáculo à demolição daquele património e, portanto, é quase assunto tabu. Não sei se estão à espera que aquilo caia por algum fenómeno natural mas, para já, estamos envolvidos em duas frentes de negociação muito objetivas e concretas a curto prazo. É a abertura da obra que fizemos na Venda do Alcaide, cujo concurso dos espaços exteriores será lançado na próxima semana e quiseram ver esse projeto, sem que se tenham que se pronunciar, mas nós demos conhecimento e desde o final de abril que andamos a reclamar a abertura e os senhores também porque houve mudanças, ou não respondem, enfim, mas voltámos a insistir recentemente e voltaremos à carga, e esta questão do parque na zona sul do Pinhal Novo.

Quanto aos viadutos, já temos cá deste lado uma nova proposta de Protocolo, mas é algo que é juridicamente, de acordo com os conselhos que temos, inaceitável porque nós não podemos ficar a troco de meia dúzia de milhares de euros responsáveis por obras de arte que têm patologias graves e que depois poderão vir a servir para responsabilizar o município em caso de acidente, seja nas repercussões desses acidentes junto dos transeuntes, ou automobilistas, consoante sejam pedonais ou circulação viária, seja mesmo se alguns desses acidentes provocarem problemas na circulação ferroviária em que o município fica também responsável por isso. Isso é inaceitável, é um ónus que nós não quereremos nunca aceitar e, portanto, duvido que a aproximação conseguida, se calhar no último ano, não tenha ido já por água abaixo com algumas mudanças de interlocutores, é o que lhe posso dizer neste momento sobre esta matéria.

Sobre vários comentários e questões apresentadas pela Sra. Membro Rosa Pinto, registo até com agrado o facto de dizer que muitas das coisas que correspondem a sugestões e a chamadas de atenção é porque, de facto, estamos a governar para todos mas, de facto, os problemas não têm donos, os problemas têm é que ser resolvidos e portanto sejam suscitados por quem for são problemas dos nossos munícipes e estamos cá para resolve-los. Mas uma questão concreta que colocou sobre o procedimento para a monotorização da qualidade da água, efetivamente esta firma com quem vínhamos trabalhando teve este problema da insolvência e tivemos que fazer um ajuste direto simplificado, porque o outro está em preparação. Há-de ser um procedimento mais complexo, para mais tempo, de acordo com aquilo que temos na provisão do nosso orçamento e que obviamente concorrerão outras firmas. Para mim o ideal, já agora digo-lhe a título de assunção de compromisso político, era que tivesse através da Assembleia Intermunicipal da Água um laboratório para todos os municípios da Península e andamos a trabalhar nesse assunto para ver se até no âmbito de algumas candidaturas possamos vir a ter municípios associados na Península para termos respostas nesta matéria, que não dependam só dos mercados mas dependam sobretudo na confiança e na qualidade e no serviço prestado aos municípios e aos munícipes em matéria de qualidade da água.

Sobre as questões apresentadas pelo Sr. Membro Raul Cristóvão, sobre a rotunda só dizer-lhe que, primeiro, aquela empreitada está concluída. O arranjo paisagístico é que foi tratado à parte, para obviar com outras questões com as Estradas de Portugal, e foi o melhor processo. Para nós não está concluído, até os projetores começaram a ser montados esta semana, demoraram muito tempo e tiveram que ser fabricados de propósito dada a tecnologia que entendemos ali utilizar e a cor que quisemos ali colocar e, portanto, outros arranjos estão previstos para o próximo mês para ficarmos finalmente com o arranjo concluído e com a placa lá ao lado de quem apoiou, etc., porque queremos fazer justiça também a esses apoios. Mas a rotunda, tendo a obra estado rececionada, tem naturalmente garantia e há um conjunto de pequenas intervenções que têm de ser feitas pela empresa, agora algumas nós não estamos à espera que a empresa venha, nós queremos é que a circulação se faça em segurança e não sei quem interveio ali na reposição daquela calçada, mas ainda bem que interveio para não se descompactar mais, mas a empresa há-de ser chamada para eventuais correções.

Sobre os estágios, ainda bem que suscitou este assunto também. O município está sempre disponível, naquela perspetiva de que esta formação em contexto de trabalho para muitos jovens, e até para outras pessoas que não sabem o que é trabalhar numa autarquia, é sempre muito gratificante para ambas as partes, mas olhe que vai sendo cada vez mais difícil conseguirmos conciliar o volume e a densidade do trabalho e da responsabilidade que temos e do número de técnicos, também perdemos técnicos não perdemos só pessoal operário, que tenham condições para acompanhar os estagiários e até é necessário acomodá-los nas nossas instalações e nós temos algumas áreas onde isso hoje começa a ser cada vez mais

difícil, mas procuraremos sempre sobretudo com os estabelecimentos de ensino da nossa região, e em particular do nosso concelho, corresponder a alguns pedidos e penso que ficamos todos a ganhar com isso.

Sobre o equipamento informático, pois bem nós estamos a adquirir faseadamente, vai ser um investimento muito grande e procuraremos primeiro fazer chegar a serviços que precisam, porque não conseguem responder se não tiverem o equipamento em condições e trabalham com ele dez a doze horas por dia muita gente, as nossas escolas que vão ter oportunidade de receber, e anunciaremos na altura certa uma quantidade significativa de computadores e de impressoras no inicio do ano letivo, e, obviamente, aliás aqui há dias nesta sala ao fazermos uma reunião com os dirigentes e a darmos também nota do processo de trabalho nestas, e noutras áreas, temos uma equipa curta mas muito dedicada que vai tentar fazer canibalismo de um lado para o outro e pôr as máquinas recolhidas a funcionar porque algumas ainda podem ser aproveitadas e outras naturalmente terão que ser recicladas, depois faremos chegar melhores equipamentos à Assembleia Municipal.

Disse Sra. Presidente."

PONTO DOIS – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal das Condecorações do Município de Palmela

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Vamos então passar ao ponto número dois e nesse sentido pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer alguma introdução? Admito que sim não é?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, farei uma breve introdução. No fundamental trata-se de uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal das Condecorações do Município de Palmela, eu pediria que a proposta fosse considerada parte integrante da ata, estão aqui os considerandos, as motivações e gostaria apenas de sublinhar que foram ouvidos os Comandantes dos Corpos de Bombeiros de Águas de Moura, Palmela e Pinhal Novo que, em conjunto com o Serviço Municipal de Proteção Civil, vinham considerando já há algum tempo a necessidade de alterar o referido regulamento porque não tínhamos conseguido ainda atribuir estas condecorações porque havia algumas divergências sobre a forma de contabilizar o tempo de serviço desempenhado de uma forma exemplar com comportamento demonstrado. Consensualizada a redação, os tempos de serviço e os respetivos níveis das condecorações e depois de termos aprovado em reunião de Câmara e ter estado, também, esta proposta de regulamento em consulta publica e não havendo quaisquer outras alterações propostas, pensamos que a Assembleia tem condições para refletir e votar favoravelmente, se entender, esta alteração ao Regulamento porque gostaríamos ainda este ano de atribuir medalhas, porque há de facto gente que está há alguns anos em condições de receber esta merecida distinção mas que por desentendimentos que houve quanto à forma de contabilização do tempo de serviço não chegámos a esse consenso com as Associações. Neste momento, estas condições estão todas reunidas e gostávamos de, em outubro, poder atribuir a vários dos nossos Bombeiros as respetivas condecorações.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta, alguma questão? Então votamos?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Proposta de alteração ao PDM de Palmela. Alteração Regulamentar do n.º 2 do artigo 22.º - Espaços Naturais

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente, ponto três."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A proposta seguinte, Sra. Presidente, diz respeito a uma alteração ao PDM de Palmela, mas uma alteração regulamentar, do nº 2 do artigo 22.º, e que também está bem explicitada porque à época quando fizemos o PDM, obviamente, plasmámos a redação que constava na legislação em vigor sobre os espaços naturais e entretanto com alterações que houve em vários diplomas que instituem a Reserva Ecológica Nacional, há aqui de facto um desfasamento e um desajustamento, que faz com que, muitas vezes, a leitura do próprio regulamento do PDM é mais restritiva e tem servido até de argumento para a CCDR, amiúde quando é consultada, emitir pareceres desfavoráveis vinculativos porque consideram que a norma do PDM é, efetivamente, mais restritiva e interdita esses mesmos usos e ações que, hoje, parece haver aqui alguns casos que podem ser excecionalizados nestas áreas de espaços naturais e, portanto, a proposta é conformar a redação com a legislação atual porque enquanto decorre o processo de revisão podemos avançar mais rapidamente, até porque basta esta submissão à aprovação da Assembleia, isto não tem que ir a nenhuma entidade, já não vai para a CCDR, nem tem outro tipo de efeitos, nem vai à comissão de acompanhamento da revisão do PDM, nem nada, é uma alteração regulamentar que aproveita esta facilidade de ser quase automaticamente depois implementada.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta então? Questões? Não há? Então votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Contas Consolidadas 2014

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente, ponto quatro."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se da consolidação das contas do grupo municipal, que integra o Município e a Palmela Desporto. Como é sabido já houve aprovação das respetivas contas de gerência, também pelos órgãos legalmente

definidos para o efeito, é feita a descrição do perímetro de consolidação e o método utilizado, caraterização das entidades, quer do Município quer da Palmela Desporto.

Há depois um capítulo dedicado aos procedimentos de consolidação e foram produzidos os documentos do grupo municipal de acordo com a lei, o balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados e fluxos de caixa. O balanço consolidado do grupo municipal evidencia um ativo líquido no total de cento e trinta e oito vírgula um milhões de euros, dos quais cento e vinte e cinco mil vírgula oito euros correspondem a ativos imobilizados, temos também informação sobre o passivo do grupo municipal que é composto pelos empréstimos do município que representam quarenta e nove vírgula oito por cento do passivo.

Os quadros, enfim, conciliam os números de outros instrumentos que já foram aprovados também por esta Assembleia. Na página dezoito, destaco estes últimos dois parágrafos, há um decréscimo em termos absolutos de cinco ponto três milhões de euros, que resulta do efeito das amortizações do exercício que atingiram o valor de oito ponto nove milhões de euros, uma vez que em termos brutos a rubrica do imobilizado aumentou dois milhões, face ao verificado no ano anterior, o ativo circulante cresceu catorze por cento, um ponto cinco milhões, por via do aumento verificado na rubrica das disponibilidades.

Depois temos os custos, os proveitos, as perdas, enfim, tudo isto neste linguajar técnico que o POCAL obriga a utilizar e depois chamo a atenção também sobre as informações sobre as outras entidades participadas do município mas que, efetivamente, não contam para o grupo municipal porque o município não é o detentor da maioria do capital e o quadro que faz a evolução dos números que dizem respeito ao capital em dívida no início do ano e no final do ano de dois mil e onze a dois mil e catorze, onde também se nota melhorias no capítulo do endividamento médio e longo prazo.

O ROC emitiu o seu parecer que julgo, também, foi distribuído às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, que tem aqui algumas considerações, algumas chamadas de atenção, é essa a sua função no âmbito até da independência que tem que ter face a quem o contrata e é esse o objetivo. Há questões com as quais estamos em desacordo, do ponto de vista técnico, outras que consideramos que devemos acautelar no futuro e penso que no fundamental é um documento muito técnico, mas são estes os comentários que diria numa primeira fase.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, há alguma questão sobre esta proposta? Diga por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Aqui não é bem uma questão, é mais uma posição. Mantemos a nossa posição relativamente ao que diz respeito à ADREPAL e às reservas que o Sr. ROC aqui demonstra, concordando com elas e remetendo para as nossas declarações já do ano transato, também. Relativamente ao ativo imobilizado registado congratulamos que tenham sido tomadas medidas adicionais para a melhoria e, portanto, com as reservas de opinião demonstradas pelo ROC e por tudo o que dissemos já em anteriores aprovações, ou melhor entre as propostas similares, o nosso voto será contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Registámos. Mais alguma intervenção? Vamos então votar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, peço desculpa. Gostaria ainda assim de comentar aquilo que a Sra. Membro da Assembleia ainda usou objetivar como um eventual motivo para questionar com base nas reservas e entenda-se que as

reservas é um termo técnico também, é um termo técnico deste tipo de relatório. É porque, efetivamente, há um desentendimento e também há várias opiniões sobre esta matéria, portanto não há aqui nada escondido nem grave, há duas questões muito concretas. O Sr. ROC acha que os suprimentos que já foram efetuados à ADREPAL deviam de estar numa rubrica chamada imobilizações em curso, nós consideramos que, tecnicamente, devem de estar em adiantamentos a fornecedores de imobilizações porque em nossa opinião, e também temos pareceres jurídicos sobre isto, só deve entrar na outra rubrica quando o contrato estiver assinado e como sabeis nós aprovamos essa prorrogação da assinatura do contrato.

As outras questões estão esclarecidas e aquilo que, efetivamente, podemos admitir mas discutindo também com o Sr. ROC, é que no caso dos processos judiciais devíamos de ter uma provisão para riscos e encargos e nós não o temos feito. Eu não diria que é por excesso de confiança da forma como alguns processos que temos estão a correr, até há aqui um exemplo de uma sentença que nos foi favorável mas, obviamente, vai ser objeto de recurso e estamos a lutar com grandes tubarões, como a EDP e outros grupos, que não querem pagar as taxas que são devidas, mas ainda assim esta chamada de atenção reconhecemo-la, temos que começar a criar uma pequena provisão para eventuais coisas que correm menos bem, mas também admitam que podemos ter esta posição e que não há aqui qualquer inconformidade, é só para que fique claro."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Então vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU, nove abstenções (oito do PS e um do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ponto cinco, sim? Tem a palavra o PS, diga, diga."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Na proposta número quatro, desta sessão, referente à aprovação das Contas Consolidadas do Município do ano de dois mil e catorze, a Bancada do Partido Socialista, neste Órgão, absteve-se na votação por não se rever nas práticas relativas à gestão política e financeira tomada em dois mil e catorze, face às quais o Partido Socialista apresentou em devido tempo alternativas.

Não obstante o esforço e competência reconhecidos à gestão da Palmela Desporto, bem como de todos os seus trabalhadores e colaboradores, continua a não se verificar a existência de uma política do Município relativamente ao seu futuro sustentável desta empresa que se traduz numa estratégia em termos de investimento para a manutenção e numa possível expansão dos respetivos equipamentos de forma a assegurar a sua eficiência e rentabilidade.

Com efeito, há uma nítida incapacidade de investimento situação que gostaríamos de ver corrigida num novo contrato comodato assinado, onde se deslumbrasse uma estratégia de futuro a ser definido entre a Câmara Municipal e a Palmela Desporto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, está entregue a Declaração de Voto. Passamos ao ponto cinco, Sr. Presidente."

PONTO CINCO – 2.ª Revisão ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, aqui terei que ser um bocadinho mais exaustivo dado que a designação de algumas rubricas, nem sempre encerra a informação sobre aquilo que efetivamente se pretende fazer com os reforços das verbas.

Ainda assim, procurando não ler na íntegra 2ª Revisão, principal objetivo utilização de parte do remanescente do saldo de gerência de dois mil e catorze e o grosso destina-se a podermos pagar dívida à SIMARSUL, que foi contraída precisamente nos anos de dois mil e treze e dois mil e catorze, até nos termos do contrato que temos para pagamento da dívida em que se previa que nesses anos o município em vez de pagar cem por cento, mensalmente das faturas, pagasse apenas setenta e cinco por cento, em ambos os anos, assim como este ano se previa que pudéssemos pagar, se tivéssemos necessidade disso, apenas oitenta e cinco por cento. Acontece que este ano já estamos a pagar a cem por cento, prescindindo dessa prerrogativa do acordo, e queremos pagar, para não termos dívida no futuro, desde já a percentagem que ficou por pagar referente aos anos de dois mil e treze e dois mil e catorze. Obviamente isto é o grosso da questão mas, depois, aproveitamos para fazer uma série de ajustamentos e de reforços que visam não parar um conjunto de ações e de obras, que temos necessidade de fazer quanto antes.

Na Receita, como dizia, procedeu-se à inclusão de uma parte do saldo de gerência de dois mil e catorze, no valor de um milhão e noventa e seis mil cento e vinte e cinco euros e ainda as verbas aprovadas por candidaturas que tivemos a felicidade de ver aprovadas, em regime de *overbooking*, no valor de quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e setenta e cinco euros. Ainda temos um saldo de gerência, no valor de um milhão e cento e nove mil euros, que permanecerá afeto ao saldo de tesouraria que como é sabido falei-vos ainda há pouco na informação da verba que digamos que está afeta para utilização na área do município no âmbito dos Fundos Comunitários, mas para utilizarmos esses quatro ponto nove vamos precisar do dobro e como deveis calcular para alguns investimentos teremos inclusive, quiçá, de solicitar empréstimos para investimentos. Mas, para já, vamos guardar este milhão cento e tal mil para quando tivermos que pôr os nossos outros cinquenta por cento para executar obras no âmbito dessas candidaturas.

Na Despesa, há aqui um conjunto de pequenos ajustamentos nas despesas com pessoal, mas que são exclusivamente consequência da mobilidade interserviços, ora se as pessoas mudam de um serviço para outro as áreas e as rubricas mudam, mas não há acréscimo de despesa com pessoal, é troca por troca.

Há alterações nas Grandes Opções do Plano, mas são alterações não para eliminar obra mas para acrescentar. Por um lado a dotação das Grandes Opções do Plano que tinha neste momento vinte e dois milhões e seiscentos mil euros passam, após esta revisão, a dispor de uma dotação no valor de vinte e quatro ponto um milhões o que significa que vamos ter mais atividade, mais pagamento na área do saneamento à SIMARSUL e também mais obra.

Nas funções gerais há um reforço da dotação remodelação e beneficiação de edifícios diversos. São muitas obras nas nossas instalações, a mais significativa é um reforço de vinte e três mil euros para a substituição de toda a rede de aquecimento de águas sanitárias dos balneários dos armazéns gerais, há constantemente e, sobretudo no inverno, problemas com o aquecimento das águas. Temos procurado fazer pequenas intervenções, mas isto não vai lá com remendos e vamos definitivamente introduzir esta melhoria para o conforto e higiene de quem trabalha no setor operário e faz uso daqueles balneários.

Depois há muitas pequenas rubricas, para portas, para isto, para aquilo, em vários edifícios, edifícios manutenção e conservação, equipamentos de ar condicionado, contratos de assistência técnica mais oito mil euros, cinco mil euros para demolição de um edifício municipal degradado. *"Então não podiam fazer isto por administração direta?* " Não, sendo um edifício, enfim, que veio à posse do município, mas que não era municipal era de uma antiga Comissão de Moradores Padre Nabeto, e que tem por exemplo uma cobertura em amianto implica ser uma empresa da especialidade a fazer o tratamento e encaminhamento.

Temos depois no projeto de informação comunicação necessidade de reforço, mais mil e quinhentos euros, se temos mais atividade, se vamos ter o FIG, nós precisamos de ter os jornais para os visitantes etc., e,

portanto, as expetativas são grandes, há que receber as pessoas com informação e documentos em número para o volume de visitas que se espera.

Temos depois aqui um reforço da ação Península Digital, que quero explicar com todo o detalhe. Nós temos vindo a cumprir anualmente os pagamentos à Península Digital, entretanto em dois e onze e dois mil e doze, face às dificuldades financeiras sentidas, houve um acordo com a Associação de Municípios para que os municípios que tivessem dificuldades, e praticamente todos tiveram, garantissem o pagamento à Associação de Municípios mas pudessem atrasar pagamentos à Península Digital. Foi isso que aconteceu, as comparticipações nesse ano foram suspensas, há agora condições para cumprir e vamos pagar em quatro prestações anuais pelo que é então previsto um reforço de dezanove mil euros, dois mil e quinze, dezasseis, dezassete e dezoito para limpar este assunto.

Na Academia da Proteção Civil, há um reforço já previsto para dois mil e dezassete de quinze mil euros. Porquê, uma preocupação já com 2017? Ora bem, nós não podemos aprovar protocolos como estamos a querer aprovar com a AUTOEUROPA e a AUTOVISION que vai pôr à nossa disposição uma carrinha totalmente equipada para a Academia, equipada também com meios audiovisuais, etc., é um projeto muito ambicioso que tem já outros Mecenas a financiar, e muito entusiasmados, no âmbito do "Programa Mecenas de Palmela", tal como a própria AUTOEUROPA, mas depois no final a carrinha tem de ser adquirida por um valor residual e digo-vos que o investimento entre a carrinha e o equipamentos, são investimentos à volta dos sessenta mil euros e, portanto, o município ficará ao fim destes anos com a carrinha pelo valor de quinze mil euros, e temos desde já, antes de trazer o protocolo a reunião de Câmara não podemos contratualizar uma despesa se ela não tiver inscrita nos documentos provisionais.

Nas Funções Sociais, dado que o saneamento está também neste grupo, o tal reforço de um milhão cento e setenta e um mil euros, para pagarmos então aquilo que vos falei à SIMARSUL, mas referir aqui que ainda estamos num processo muito duro de negociação com a SIMARSUL que dentro se calhar de uma semana, espero que as providências cautelares possam travar a criação destas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, este processo que está a merecer o repúdio da generalidade dos municípios de norte a sul do país, porque temos estado a tentar negociar entretanto a outra dívida que está contratualizada, com as tais faturas anteriores e que estamos a pagar religiosamente e que estamos a baixar de facto a nossa dívida, mas a negociação tem sido difícil por causa da questão dos juros que a SIMARSUL teima em não vir ao encontro das propostas dos municípios, mas essa é outra rubrica porque essa outra rubrica tem essa dotação. Procuraremos antes, que essa nova empresa se constitua, chegar a um entendimento.

Depois temos aqui vários reforços em redes de esgotos, muitas delas têm que ver com equipamento, com eletrobombas, com reparações, com estações elevatórias, com aquisição de equipamento eletromecânico, bombas em estações elevatórias nas Colinas da Arrábida, no Bairro Assunção Piedade, em S. Brás. Estes equipamentos têm algum tempo de vida, avariam-se, às vezes até para serem reparados precisam de ser substituídos porque a reparação não é feita no local, aliás só para a trocar é preciso alugar uma grua que custa em média milhares de euros para esse efeito e, portanto, estas necessidades estão sempre a surgir, temos algumas diagnosticadas, estamos a chegar ao verão altura em que as captações são sujeitas também a maior funcionamento e a maior *stress* e temos já a previsão de intervenção nestes locais.

O mesmo nas captações e estações de tratamento, com fornecimento e montagem de uma manga na coluna no furo JK4. Para terem uma ideia a última intervenção neste furo, no Forninho, foi há dezanove anos portanto está na altura de substituir este equipamento. Temos outras intervenções no abastecimento de água e aqui importa esclarecer abastecimento de água, mas porquê treze mil euros, mais cento e cinquenta e seis mil trezentos euros em dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete cento e dezassete mil e duzentos, em dois mil e dezoito, isto é o quê? Bom é para ter um bocadinho a noção, trata-se da aquisição duma gestão comercial com acesso a *software*, e serviços de acabamento, impressão e expedição, de forma a poder possibilitar o lançamento de um concurso plurianual. Ou seja, nós já temos parte desta verba noutras rubricas, porque nós tínhamos um contrato com uma empresa ligada ao grupo EDP que entretanto, por entre as entidades reguladoras, terá sido impedida de desenvolver esta atividade que é toda a faturação das águas, saneamento e resíduos é feita através dessa empresa que recebe as leituras, há um programa informático em que são carregadas as informações e portanto toda a expedição, faturação, envelopagem, isto tem um custo, tem um custo nestes valores, mas como vamos ter de cessar, nós e outras Câmaras porque são dezenas senão centenas de Câmaras, o contrato com esta empresa, que era a antiga LÓGICA, vamos ter de pôr isto noutra rubrica para lançar um concurso plurianual, porque isto não se faz ao ano, isto

faz-se para vários anos, porque isto não se anda sempre a mudar de fornecedor. A atenção que quero aqui sublinhar, não constitui aumento da despesa, transportar para o Plano verbas que dantes estavam só no orçamento ou seja, estas coisas estavam no bolo do orçamento que às vezes a Assembleia nem sabe para que que é aquele bolo, é uma despesa de funcionamento administrativo deste sector das águas, mas desta feita vai para o Plano que é para ser mais claro e transparente.

Há um reforço na dotação Transferências para as Juntas de Freguesia, porque há reforços para pagar pessoal que não estando ao serviço, nós temos obrigação de pagar às Juntas, há reforços também para a limpeza de caminhos, com uma Adenda ao Protocolo, há reforços para repor verbas de calçada que entretanto as Juntas fizeram a mais e estando devidamente justificado nós, ao abrigo dos protocolos que aqui aprovamos, vamos repor essas verbas às Juntas de Freguesia.

Há um reforço para a dotação do FIG, mas que na prática é um reforço apenas de três mil euros, embora esteja dez mil, porque há verbas que vêm ao FIG por via do "Programa Mecenas", porque há quem esteja a apoiar a iniciativa, há o reforço da dotação da Sinfonia para permitir a continuidade do trabalho para os anos seguintes, há reforço da dotação de apoio ao associativismo, infraestruturas desportivas, um reforço de quarenta e cinco mil euros em dois mil e quinze e trinta e cinco mil euros em dois mil e dezasseis porque, em breve, iremos aprovar em reunião de Câmara os Contratos Programa com os Clubes e os apoios ao Movimento Associativo no âmbito do Regulamento aqui aprovado.

Há um reforço também para ampliação da Rede de Iluminação Pública, nomeadamente para a rua da Nossa Senhora de Aires e Sobral de Quinta do Anjo, onze mil euros, porque temos feito muitos pequenos prolongamentos muitas coisas e aquela verba vai-se esgotando, é preciso reforçar.

Há um reforço em materiais para administração direta, há inscrição de uma nova ação, pavimentação de um caminho em Vila Amélia, é o último caminho a poente da chamada zona de Vila Amélia que tem acesso essencialmente a três empresas do concelho de Palmela, embora o caminho seja partilhado com Setúbal e em boa hora conseguimos o compromisso de Setúbal pagar o caminho, sendo que não tem empresas de Setúbal, do lado de Setúbal não está nada construído, mas ainda bem que Setúbal se disponibiliza para fazer esta obra em conjunto connosco e vamos aproveitar já.

Há também depois um reforço, eu estou a falar dos mais significativos, cem mil euros para aquisição de terrenos. Nós temos tido aí algumas ideias, e algumas tentativas, de adquirir terrenos que permitam consolidar espaços, torná-los em parques de estacionamento, ou torná-los em zonas de praceta e de aproveitamento público. Nuns casos temos conseguido aproximarmo-nos e chegar a consenso com os proprietários, porque a nossa primeira tese é sempre permutar, é dar-lhes terrenos noutros sítios, mas isto não está fácil e então como estimamos aí das quatro ou cinco tentativas pelo menos fechar uma ou duas, vamos reforçar para estarmos preparados porque se a oportunidade surgir não podemos deixar que mudem de ideias e temos logo que fazer o contrato.

Sra. Presidente o documento é naturalmente muito mais extenso, mas procurei já antecipar já algumas questões. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agradecemos Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então, questões sobre este ponto, por favor? Revisão ao Orçamento. Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro Rosa Pinto."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** ausentou-se da sala pelas 23,04 horas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu ia colocar uma questão que o Sr. Presidente já esclareceu relativamente ao caminho de Vila Amélia, mas aproveitava para questionar o compromisso aqui assumido pelo Sr. Presidente relativamente à estrada da Coca-Cola, que não está aqui plasmada em alteração orçamental, e, portanto, gostava que o Sr. Presidente informasse para quando era essa obra parcial aqui assumida.

A segunda pergunta, relativamente aos abrigos de passageiros, vemos aqui a verba definida de cinco mil euros. Já agora no âmbito desta rubrica gostávamos de saber a evolução, atento que há abrigos de passageiros estou-me a lembrar por exemplo de um em Cabanas que, pelo menos enquanto estive no Executivo aquilo era da propriedade da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, está sem qualquer não é vidro aquilo é um material acrílico já há mais de dois anos e tal, nem a Junta nem a Câmara fizeram qualquer intervenção. Eu sei que o Sr. Presidente disse aqui que isto dos abrigos é complicado não é? Uns põem cartazes outros põem outras coisas, mas aquele está assim há anos e como é ali em Cabanas, e penso que é utilizado por muita gente, queria aqui apelar ao Sr. Presidente para ter em conta algumas sugestões dos munícipes nas várias freguesias, relativamente aos abrigos de passageiros, sendo certo que também constatamos que alguns já foram reparados mas estes como não são de vidro a reparação até penso que seja mais barata, portanto apelo aqui ao Sr. Presidente da Junta e ao Sr. Presidente da Câmara para verem o que é que podem fazer por isto.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções por favor? Não havendo vamos votar.

Sr. Presidente fica a recomendação, não é? Pareceu-me que era sobre tudo isso, mas sim diga."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É só um esclarecimento, o compromisso da estrada da Coca-Cola não precisa de vir a esta alteração porque está incluído na tal empreitada de conservação permanente de fazer algumas centenas de metros e o local foi discutido com os principais utilizadores e empresas que estão instaladas naquela zona. Temos ali um plano de intervenção que começa primeiramente pela questão do encaminhamento das águas pluviais e depois pelo faseamento, e isso está na empreitada de que lhe falei ainda há pouco, inclui a rua de Goa, inclui outras é um pacote à volta dos cento e vinte mil euros e portanto é por isso que não está aqui discriminado.

Sobre os abrigos, é só recordar que este ano já fizemos reparações de abrigos no valor de dez mil euros, isto é um reforço. Há de facto abrigos já reparados e já vandalizados de novo, mas quero aqui referir que também em torno das estradas nacionais sempre que há pedidos de utilizadores, nós damos prioridade onde sabemos que há alunos à espera dos transportes, onde sabemos que há utentes que utilizam aquele abrigo e essas reclamações chegam e nós procuramos priorizar essas. Mas estamos, nesta fase, num momento já mais desenvolvido de diligências no sentido de concessionar os abrigos e a publicidade, enfim um conjunto de outro mobiliário urbano, a empresas da especialidade.

Houve um período em que o mercado efetivamente retraiu, há menos empresas, ainda assim poderá ver em breve, quiçá, na próxima semana nalguns jornais nacionais um aviso da Câmara Municipal de Palmela, dirigido às empresas dessa área, manifestando interesse em que previamente à elaboração do caderno de encargos, isto à semelhança do que fizeram outras Câmaras, Lisboa inclusive, se dirigissem ao município para conhecerem as premissas antes de fazermos um concurso que possa vir a ficar deserto, faço-me entender? E é isso que a maior parte dos municípios hoje estão a fazer, porque não vale a pena às vezes fazer um concurso que tem sinaléticas, écrans digitais, *mupis* em todo o lado, abrigos, papeleiras, pilaretes, enfim há quem ponha tudo e depois o que tem estado a acontecer nos últimos anos é que os concursos ficam desertos. As empresas não encontram ali, mesmo com isenções de publicidade durante vinte anos, mais-valia para investir em tanta área em simultâneo e o que outros municípios, até Lisboa tem estado a fazer, é uma metedologia do mesmo género. Só para lhe dar esta nota que procuraremos nas estradas nacionais, foi isso que elegemos, e temos muitas no Concelho e muitas localidades atravessadas, direcionar para esse concurso e depois vamos aproveitar os nossos abrigos para as redes internas, para as vias municipais. Neste caso concreto não há responsabilidade da Junta de Freguesia, é exclusivamente da Câmara Municipal, esclareço.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, obrigada. Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU, e onze abstenções (sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ponto número seis, Sr. Presidente. Peço desculpa, uma Declaração de Voto do Partido Socialista."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente. A Bancada do Partido Socialista absteve-se na votação da 2ª Revisão do Orçamento 2015 e das GOPS 2015 e 2018, no seguimento também da abstenção que teve quando foi a votação do orçamento e das GOPS.

Consideramos que deve ser a maioria a assumir as suas opções de gestão decorrentes da incorporação do saldo transitório, não pretendendo assim a oposição criar reservas à mesma. Assim, os eleitos do Partido Socialista continuarão, como sempre, a exercer uma atenta vigilância à execução dos compromissos ora assumidos. Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada fica registada, então agora sim vamos passar ao ponto seis."

PONTO SEIS – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – Designação de elementos a integrar os respetivos júris

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – Designação de elementos a integrar os respetivos júris, como é sabido entrou em vigor uma nova estrutura orgânica que reduziu substancialmente o número de dirigentes. Foi na altura necessário designarem em regime de substituição onze dirigentes, dois diretores de departamento, sete chefes de divisão e dois dirigentes intermédios de 3º grau, entretanto esta situação não pode ser por designação *"ad eternum"* e foi autorizado por mim a tramitação de procedimentos para abertura dos concursos.

A legislação determina, e bem, que a composição do júri seja designada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, e é isso que aqui trazemos uma proposta de composição de júris preenchida por personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, devendo, ainda, os vogais exercerem, ou terem exercido, atividade preferencialmente na área de recursos humanos ou na administração local autárquica.

Os elementos propostos para integrarem os júris em referência reúnem as condições exigidas no preceito legal, evidenciam o mérito no desempenho das respetivas funções, têm experiência na área de recursos humanos e na administração local há vários anos, têm vindo a integrar júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes e de outro pessoal em diversas Câmaras e não tem sido fácil porque nós,

apenas com dois dirigentes, os nossos dois únicos dirigentes de 1º nível, andam a participar em júris e não ganham nada com isso, a não ser dores de cabeça e perda de tempo, e ainda vão no seu próprio carro às vezes a outros municípios e até noutros organismos, até em universidades, há entidades públicas que solicitam também às autarquias dirigentes para fazerem parte de júris e, portanto, desta feita procurámos também pedir ajuda a outros municípios e aqui temos uma proposta de composição de júris para a Assembleia Municipal apreciar.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta? Partido Socialista, Sr. Membro Raúl Cristóvão, tem a palavra."

O **Sr. Pedro Pereira do PS** ausentou-se da sala pelas 23,15 horas.

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS** ausentou-se da sala pelas 23,15 horas.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Muito rapidamente para dizer que nos vamos abster não porque discordemos dos nomes mas porque há nomes que nós não conhecendo achamos que deveria haver um currículo das pessoas propostas e, portanto, é só este o fator que nos leva à abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Não havendo vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (18 da CDU e um do BE) e oito abstenções (cinco do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO SETE – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela

PONTO OITO – Delimitação de Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, ponto sete."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Ponto sete, Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela. Sra. Presidente, eu ia pedir a dispensa da leitura a proposta e, se calhar, faria uma nota geral de enquadramento para as propostas número sete e número oito, mas votaremos certamente em separado.

A aprovação destas duas ARU's (Áreas de Reabilitação Urbanas) reveste-se de grande importância para o município, não só porque estimamos que existem benefícios inerentes à sua constituição, pelo seu enquadramento legal, mas também pelo facto de serem dois instrumentos fundamentais para a captação e promoção de fundos comunitários nestes espaços.

Aliás, sem estarem as ARU's definidas e depois a elaboração do respetivo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, não é possível no atual Quadro Comunitário de Apoio e também no PORLisboa, no Eixo Prioritário Oito - Desenvolvimento Urbano Sustentável, não é possível irmos sequer à seleção sem ter isto definido e sem ter depois um Plano Estratégico apresentado para conseguirmos que os fundos que existem de uma forma dispersa, até em várias áreas, poderem ser alocados, seja para entidades privadas que intervêm neste território, seja para as entidades públicas que pretendem a melhoria do espaço público, as questões de eficiência energética, as questões da mobilidade, enfim toda a revitalização.

Há, de facto, um conjunto de medidas que nós nos propomos também aprofundar, recordo-vos que o município em dois mil e onze e já neste mandato aprofundou medidas de incentivo à reabilitação, foram aprovadas até por unanimidade neste órgão, com descontos em taxas para quem quisesse reabilitar, reconstruir em determinadas zonas devidamente mapeadas, descontos no IMI, isenções, enfim, mas com isto vamos ainda mais longe, até para outros operadores no espaço público que tendo que fazer infraestruturas enterradas, etc., às vezes também estão sujeitos a taxas de abertura de valas, enfim, mas essa matéria porque nalguns casos isto vai mexer com os atuais regulamentos traremos depois noutra fase a aprovação desses incentivos de natureza fiscal em sede de alterações ao regulamento.

Neste momento, estamos a delimitar a área de intervenção, ela tem que ter algo em comum e penso que no fundamental é percetível, porquê estes espaços? Porque estão subjacentes a estes espaços, um conjunto de projetos que vão desde a reabilitação de edifícios privados ou públicos, a construção de…, olhe estou aqui a ver por exemplo o de Palmela que incluí ali uma zona que alguém se questiona, mas porquê é que isto vai ali abaixo àquela zona que já serviu de estacionamento antigamente de apoio à Festa das Vindimas? Pois bem, é porque gostaríamos que aquele espaço viesse a ser afeto e viesse a beneficiar também de eventuais apoios para criarmos ali uma zona de estacionamento, uma zona de mercado de levante, enfim, temos projetos para ali desde o anterior mandato, mas que esbarram depois com as dificuldades de adquirirmos o terreno, entre outras.

Portanto há aqui outras questões que estarão subjacentes e que estou disponível para explicar, ou até porque é que vamos a outros espaços e incluímos até o espaço S. João que já foi reabilitado, mas porquê? Temos aqui esta Igreja que pertence à Diocese que já desafiámos, e envolvemos, também para uma candidatura de reabilitação deste edifício e fizemos propostas concretas nesse sentido, portanto nós queremos contagiar e dar possibilidade a todos os agentes, sem mandar naturalmente na carteira deles, mas não deixarem de ter aqui um quadro que dentro de uma determinada área geográfica seja propício para toda a revitalização que nós queremos e isso passa pela reabilitação do edificado, passa pela dinamização de um conjunto de atividades ligadas à economia, ao turismo e sobretudo pela beneficiação do espaço público no que diz respeito à acessibilidade, à mobilidade, à regulamentação do próprio uso do espaço público.

Também para além da possibilidade que isto nos confere de poder fazer propostas com sucesso a este eixo prioritário, também na prioridade de investimento 6.5 - Adoção de medidas destinadas à melhoria do ambiente urbano para revitalizar cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, zonas de reconversão, reduzir a poluição do ar, promover as medidas de redução de ruido, até nesta lógica parece não ter nada que ver com isto, podemos ir buscar fundos a esta prioridade de investimento para algumas intervenções nestas duas ARU.

As candidaturas ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o aviso saiu esta semana, decorrem entre a vinte e dois de junho a vinte sete de setembro, portanto vamos ter muito trabalho para fazer até lá e esta é a primeira peça. É delimitar a área, delimitar os objetivos, que aqui estão devidamente explanados, um conjunto depois de medidas umas que dependem da Câmara e traremos à Câmara e à Assembleia os tais benefícios associados em matéria de incentivos fiscais, incentivos de natureza regulamentar e

procedimental, porque às vezes não é só reduzir despesa, é se isto não for desburocratizado também é mais difícil fazer obra, fazer intervenção e, portanto, isso será depois plasmado noutras propostas. Ainda assim a informação técnica e a fundamentação apresenta já o quadro dos benefícios fiscais e financeiros, os que são conferidos pela legislação, mas também para isso tem que ser delimitada a ARU, se não a legislação não dá essas isenções do IMI e as que são depois concedidas pelo Município.

De uma maneira geral, sem pormenorizar muito, penso que este enquadramento introduz bem ambas as propostas, Sra. Presidente."

O **Sr. Pedro Pereira do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23,19 horas.

A **Sra. Carla Oliveira do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23,19 horas.

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23,19 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente. Questões por favor?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O nosso voto será favorável, no entanto já que o Sr. Presidente falou já na proposta seguinte eu queria só aqui levantar a questão se relativamente às freguesias, à União de Freguesias de Poceirão e Marateca e de Quinta do Anjo, relativamente a esses fundos se o Sr. Presidente pensa abranger também essas Freguesias ou não? São contempladas ou se estão no âmbito do Plano de Pormenor que aí não contempla essas isenções ao que saiba, não é? Era só isso, pedido de esclarecimento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Fernando Coelho, por favor."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"A Bancada do Partido Socialista vai votar a favor deste ponto sete, porque concordamos com as duas delimitações de áreas que foram aqui propostas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Partido Socialista, Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"No tocante ao ponto oito, creio que é de grande importância a reabilitação das áreas urbanas, ainda para mais em zonas em que existem edificações devolutas, e não só por questões estéticas mas também por questões de segurança, e nesse sentido é com muito agrado que vejo que esta proposta comtempla áreas que realmente necessitam de urgentes imputes na Vila de Pinhal Novo, e refiro-me em especial à zona sul.

Contudo, tratando-se de uma proposta em que também é referido como objetivo a coesão social entendemos que outras áreas poderiam também estar aqui incluídas nomeadamente a urbanização da Sul Ponte e também parte da rua Diogo Cão, junto à ferrovia. Não obstante esta divergência, que entendemos

que é natural nas opções políticas concretas desta proposta, quanto ao que referi anteriormente a bancada o Partido Socialista irá votar a favoravelmente o ponto oito desta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais alguma intervenção? Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"É uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Eu gostaria que me esclarecesse acerca desta área que corresponde ao Monte do Francisquinho, estou correto? Eu compreendo aqui nesta área que está legendada com a letra A e B, compreendo o porquê desta reabilitação urbana, mas aqui gostava que me esclarecesse porquê desta área com a legenda da letra C, relativo ao Monte dos Francisquinho, ali há habitação, aglomerados que estão devolutos, que estão a cair, há pessoas a morar ali, como é que é? Também vamos votar favoravelmente este ponto. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais alguma questão? Não havendo, então peço ao Sr. Presidente, por favor, que esclareça e depois votamos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

As delimitações das áreas de reabilitação urbana não têm que ser generalizadas a todas as localidades, têm que ter alguma coerência e partem de um diagnóstico das zonas que estão efetivamente mais vulneráveis e que tem que ver com o edificado em piores condições, o número de devolutos etc., e por isso mesmo é nestas duas freguesias que esse diagnóstico existe, é objetivo e são de facto as áreas a precisar de maior intervenção, mas não significa que noutras freguesias que referiu não haja incentivos porque há, eles estão em vigor, aliás alguns até têm majorações superiores nestas freguesias e estão em vigor desde a última revisão que fizemos ao conjunto de medidas de incentivo à reabilitação e colocámos precisamente a Aldeia de Águas de Moura e a Aldeia de Poceirão, que beneficiam também de reduções na ocupação de espaço público, quase isenções na reabilitação de edifícios, de redução de taxas em trinta por cento se fizerem ampliações contidas, portanto, já há no âmbito de regulamento aprovado recentemente neste Órgão essa discriminação.

Aqui trata-se da coerência funcional e de um projeto integrado que tem de intervir em várias áreas e isto permite-me também fazer a ponte para a questão suscitada pelo Sr. Membro da Assembleia Sr. Bruno Grazina. É que essas áreas do social, obviamente na zona sul, social é tudo, cultura também é, nós temos parceiros nas DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2014-2020), a DLBC urbana para Pinhal Novo incide também em projetos de natureza social e, portanto, esses outros bairros podem vir a beneficiar de outras candidaturas específicas, depois a serem geridas no âmbito da DLBC urbana, da ADREPS, como outras vão ser certamente objeto para responder a questões na zona rural e até na costeira, porque temos as três DLBC aprovadas, e portanto essas outras zonas poderão vir a beneficiar de programas específicos , assim haja massa crítica para isso e a massa crítica são os parceiros, são os projetos, porque recordo-vos que grande parte destas intervenções não vão ter que ser feitas pelo município. O município é o chapéu ao fazer estas delimitações e ao apresentar e aprovar a estratégia de desenvolvimento urbano para que todos, particulares inclusive, venham a beneficiar de fundos, IPSS, Associações, proprietários de imóveis, percebe?, e até vão buscar fundos que estão alocados ao município, para a área do município, e que não tem que ser o município a utilizá-los, faço-me entender? E, portanto, é esta a logica de articulação destas medidas para que não deixemos de fora fundos, sejam eles do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) na eficiência energética, seja na área da mobilidade, seja na área da acessibilidade, o Programa Rampa, seja aquilo que houver tem que estar aqui integrado.

Porquê o Monte do Francisquinho? Assim à primeira vista nós olhamos, aquilo é no âmbito de um loteamento completamente novo, reabilitação porquê? Bom é a mesma história, porque é que vamos pôr um espaço devoluto aqui em baixo na encosta do Castelo? Ou porque é que metemos o Quartel dos Bombeiros de Palmela? Enfim, é porque só assim é que o Quartel dos Bombeiros pode vir a ter financiamento, por exemplo para a eficiência energética e o Monte do Francisquinho tem um conjunto edificado em ruínas, por vezes com usos indevidos e ocupado, nós conseguimos regenerar o espaço com a cedência de cinco mil e tal metros ao Moto Club de Pinhal Novo, que das ruínas erigiu um equipamento social, que é a sua sede, e temos para ali um conceito que temos andado a desenvolver que eu chamar-lhe ia um conceito de ninho associativo, onde outras instituições e associações podem protocolar com a Câmara a ocupação daqueles espaços, recuperando-os e colocando ali os seus equipamentos e a sua sede e é nesta logica que nós tentámos integrar com esta ligação, vamos ver se passa no IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) para ver se conseguimos também para aquele local reabilitá-lo para lhe dar depois uma função social no âmbito do recreio, do lazer, da cultura, porque é um conjunto edificado que quanto a nós até tem interesse recuperar. Se conhece o espaço há uma antiga moradia dos antigos caseiros e há dois celeiros, um deles que já esteve quase previsto para ser sede do Rancho da Casa do Povo do Pinhal Novo, outro para outras instituições, enfim, isto é uma estratégia, perdoe-me a imodéstia inteligente, para ver se conseguimos também este chapéu de Plano Estratégico porque aquilo faz parte da comunidade e interessa a toda a zona sul, porque é também um polo de atividade importante que vai consolidar as vivências sociais naquela zona e, pronto, parece assim um bocadinho excêntrico mas é a mesma lógica de ter o Quartel dos Bombeiros ou de ter a zona do Chafariz D. Maria até ao final da Avenida 25 de Abril, porquê? Porque são zonas que, apesar de não serem das mais degradadas, como há projetos de reabilitação eles só terão financiamento se estiverem dentro deste mapeamento, agora vamos ver depois como é que conseguimos que os fundos sejam mesmo alocados ao nosso território. Não sei se respondi a tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É precisamente por essa questão da gestão dos fundos e do chapéu que eu coloquei a questão relativamente às restantes freguesias, mas fiquei esclarecida que é uma opção da CDU. Em todo o caso votaremos favoravelmente estas duas propostas, não deixando de referir que também gostaríamos de ver aplicada essa coerência à União de Freguesias Poceirão Marateca, independentemente do Sr. Presidente ter referido todos os benefícios que já existem, e que nós conhecemos e aqui votámos nesta Assembleia. Por exemplo estou-me a recordar, só a título de exemplo, a zona ali do Alto Pina, na Quinta do Anjo, também muito degradado e esperamos da parte da Câmara outras iniciativas para incentivo da reabilitação nessas freguesias, mesmo que não seja ao abrigo deste, não sei se o Sr. Presidente… É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dra. Rosa Pinto, termine lá. Sr. Presidente, quer acrescentar alguma coisa?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, Sra. Presidente.

Eu remeto a Sra. Membro da Assembleia para a legislação acerca das ARU's, porque me parece que não entendeu e sobre o que é e em que consiste uma ARU, portanto isto não é para ir a espaços porque há uma zona degradada faz-se uma ARU. Isto tem que ser um processo consistente e não há aqui qualquer discriminação negativa de outras freguesias, até porque as outras freguesias têm outros instrumentos, nomeadamente as DLBC's, às quais podem concorrer e portanto isto também tem que ver com uma questão de escala e de coerência funcional do Programa e isto consegue-se é aqui não é nos outros sítios e, portanto, não é uma opção política dir-lhe-ia, acima de tudo, que é também uma opção técnica, é isso que é

preciso perceber Sra. Membro da Assembleia, a não ser que queiramos fazer ARU's para serem chumbadas, isso a gente trabalha, desperdiça tempo e depois chumbados, somos incompetente ou chamados de outras coisas por parte de quem vai apreciar isto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, vamos votar?"

Submetida a proposta do Ponto Sete a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

Submetida a proposta do Ponto Oito a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO NOVE – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Requerente: ESFERA VERDE – Metalomecânica, Lda.. Processo n.º I-5/96. Local: Olhos de Água

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto nove, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Mais uma proposta de Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, a requerente é a ESFERA VERDE – Metalomecânica, abstenho-me de ler parte dos considerandos da proposta que fazem o enquadramento legal.

O município tem procurado dar acompanhamento a estes processos e procurando apresentar uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, na regularização destes estabelecimentos, neste caso é um estabelecimento que se dedica à reciclagem/operações de gestão de resíduos de metais ferrosos e não ferrosos, que se situa nos Olhos de Água, à beira da Estrada Nacional 379 e que nos solicitou este estatuto, este reconhecimento de Interesse Público e juntou para o efeito a documentação instrutória necessária.

As razões que levam ao pedido de Interesse Público, o edificado e a atividade desenvolvida está em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e restrição de utilidade pública, portanto é uma zona em REN (Reserva Ecológica Nacional). A instalação industrial situa-se no local referido, áreas registadas de dez mil metros, com uma coberta de mil duzentos e cinquenta e com uma área descoberta de oito mil setecentos e cinquenta.

Atualmente existem constrangimentos na regularização da atividade, por se verificar que está abrangido pelo regime da REN e por ter um acréscimo de área bruta de construção e de área de

implantação/impermeabilização. A regularização desta situação, associada à viabilização e melhoria das condições de funcionamento do estabelecimento, não está enquadrada nos instrumentos de gestão territorial em vigor para o local, nomeadamente a planta de condicionantes decorrente da planta da REN.

Foram entretanto emitidos licenças e autorizações, urbanísticas e ambientais, a autorização de localização data de mil novecentos e noventa e seis emitida pela CCDR, o alvará para operações de gestão de resíduos de dois mil e oito, e o alvará de utilização emitido para "Indústria e Serviços Administrativos" em dois mil e onze pela Câmara.

Neste contexto, havendo a desconformidade da localização da instalação e da alteração/ampliação com o Plano Diretor Municipal e a restrição dada pelo regime da Reserva Ecológica Nacional deve a referida área ser reclassificada, de acordo com parecer do Gabinete de Planeamento Estratégico, constante do processo, de modo a garantir a conformidade desta com o tipo de atividade desenvolvida pela empresa. Isto significa que nós estamos a tentar enquadrar este, e outros processos, no âmbito da Revisão do PDM, só que isto não pode esperar pela Revisão do PDM, volto a dizer.

A atividade de valorização de resíduos metálicos com CAE aqui referido, desenvolve-se no local desde dois mil e cinco, a empresa tem uma faturação de dois milhões em dois mil e treze e quatro milhões e tal em dois mil catorze, emprega dois trabalhadores do concelho. Obteve em dois mil e oito o alvará de licença associada a este tipo de operação de gestão de resíduos. A atividade da empresa, possibilita o desenvolvimento de outras atividades económicas, tanto a montante como a jusante, ou seja não é exclusivamente mensurável pela atividade direta da própria empresa, há aqui uma série de efeitos indiretos, e feita a apreciação pela Divisão de Administração Urbanística nos termos da informação técnica, considera-se que deve ser submeter à consideração da Câmara que obteve aprovação unânime e depois da Assembleia Municipal para obter este estatuto de Interesse Público Municipal na regularização da referida instalação.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta, questões? Bloco de Esquerda, tem a palavra Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Bem é o seguinte, eu não posso concordar com o pedido de Interesse Público Municipal e acho que de cada vez que uma empresa sediada fora de uma área industrial que queira alterar em seu benefício as regras do PDM, vai solicitando então à Câmara Municipal de Palmela o Interesse Público. Eu acho que em termos ecológicos, e para respeito da REN – Reserva Ecológica Nacional, não se deve conceder o Interesse Público Municipal a esta empresa.

O Sr. Presidente referiu que esta empresa tem um volume de negócios ou uma faturação anual de cerca de dois milhões de euros em dois mil e treze e depois dois ponto quatro milhões de euros em dois mil e catorze. Então porque é que não se trabalha no sentido de colocar esta empresa num dos parques industriais existentes no concelho de Palmela? E se vai então dando oportunidades a estas empresas para continuar a laborar fora ou seja num espaço que é de Reserva Ecológica Nacional e que, daqui a uns anos, quando for necessário aumentar a área coberta ou a área descoberta desta empresa virá novamente pedir o Interesse Público à Câmara Municipal de Palmela para continuar a fazer a sua atividade. Eu não posso concordar com isto e, portanto, o Bloco de Esquerda vai votar contra esta proposta da Câmara Municipal. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu acredito, agora um pequeno aparte, não tenho que estar a comentar o sentido do voto das outras forças políticas, mas este é da Quinta do Anjo, mas realmente nas anteriores aqui trazidas, bem me recordo o Bloco de Esquerda votou favoravelmente e o critério era exatamente o mesmo.

Em todo o caso direi que, efetivamente, neste caso iremos votar favoravelmente se bem que já aqui dissemos também que há casos que as empresas podem não ter conhecimento disto e não terem as mesmas oportunidades e solicitámos à Câmara, também, para fazer uma ação de esclarecimento junto das empresas para que possam e o senhor na altura respondeu, exatamente. Reiteramos esse pedido e, portanto, neste caso iremos votar favoravelmente embora estejamos preocupados com e já de há anos a esta parte nomeadamente ali na envolvente da Ribeira da Salgueirinha que também tem muitas indústrias em condições totalmente legais, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Sr. Membro José Manuel Silvério, Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente muito obrigado.

É apenas a título de curiosidade, como fala que tem dois trabalhadores do concelho, quantos empregados é que tem esta empresa? E aproveito desde já que o Partido Socialista também vai votar favoravelmente, mas é curioso porque fala em dois trabalhadores do concelho a Câmara saberá então quantos trabalhadores tem a empresa?

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Alguma questão? Sr. Presidente pergunto, se que responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu creio que este tipo de propostas, até porque vão ser mais recorrentes e possivelmente em setembro teremos aqui mais umas quantas, carece de algum esclarecimento e de alguma informação e até necessidade de interpretação da legislação. Nós estamos numa fase instrutória do pedido, isto depois ainda vai ser submetido a uma deliberação final e em momento algum as questões ambientais estarão em causa porque, também, convém aqui esclarecer que a REN vai ser alterada, a REN – Bruta já foi aprovada pela Câmara, infelizmente a CCDR ainda não respondeu, já esgotou todos os prazos legais, depois a REN – Bruta é trabalhada caso a caso e há várias alterações à REN, há até REN que está errada, que está mal cartografada, por questões de centímetros, no desenho e na escala, há empresas que estão a ser penalizadas por isso.

Aquilo que continuar a ser efetivamente REN, é evidente que as entidades que ainda se vão pronunciar sobre isto, não vão abdicar de manter outros pareceres que certamente poderão ser desfavoráveis. Esse saneamento é numa fase posterior, há-de haver uma conferência decisória com várias entidades e depois o município também há-de lá ir e há-de levar a sua opinião, se isto tem ou não tem importância para o concelho, se é ou não penalizador da REN, se o trabalho que temos já feito na REN no futuro PDM se mantiver REN para aquele sítio, o senhor acha que nós vamos defender? E depois, se consultar o processo a

empresa tem várias licenças ambientais emitidas por outras entidades. É só para tranquilizar, também, e para percebermos o âmbito da nossa decisão.

Há um conjunto de empresas que já estão instaladas no território e que têm aqui duas soluções ou continuam mais três, ou quatro ou cinco anos e algumas estão à espera desde dois mil e cinco da revisão do Plano Diretor deste, ou de outros no país, ou aproveitam este regime excecional para terem um escrutínio que é feito depois em sede de concertação com outras entidades para ver se efetivamente esta atividade económica é relevante e se esta desconformidade com instrumento de gestão de território é sanável ou não por outra via.

Nós não estamos aqui propriamente a submetermo-nos ao primado, na nossa perspetiva, do económico sobre outros valores. Agora esta é uma prerrogativa que a lei permite, um regime excecional, esta é uma primeira fase, isto tem ou não tem importância para, o trabalho que ali é feito é um trabalho de recolha seletiva, de triagem de materiais e de valorização depois de resíduos, de encaminhamento para centrais de valorização isso faz parte da cadeia ambiental, portanto não é por ser uma empresa que se dedica aos resíduos que está a fazer ali alguma coisa que ponha em causa a reserva ecológica. A questão é que nós passamos ali, e se o senhor olhar, fica do lado contrário quase do Cangalho um pouco mais à frente, o que é que o senhor lá vê? Aquilo está tudo impermeabilizado, impermeabilizou uma área a mais, não estou a dizer que não há lá valores ecológicos em presença mas, de facto, até nem tem linha de água. No futuro grande parte da Reserva Ecológica vai ficar sobre linhas de água, sobre zonas de infiltração máxima, sobre zonas de proteção de captações do aquífero, é isso que vai no futuro condicionar muito o nosso território que somos um maior aquífero da Península Ibérica, estamos aqui entre Tejo e Sado, vamos ter vários problemas também noutros sítios, mas por acaso esta até é uma localização que está prevista desaparecer a REN dali, porque ela nem tem contínuo, está mais ligada a zonas húmidas próximo da CHOA, do Loteamento da AUGI dos Olhos de Água, enfim essas zonas vão continuar essas sim em REN porque tem que ver com os corredores vitais, com os corredores das linhas de água, da nidificação dos pássaros e de outras coisas que estão subjacentes à classificação do território como REN.

O município no que diz respeito depois à apreciação de mérito, isso até fá-lo-á também noutra fase e a tal conferência decisória é que pode até emitir um parecer que é favorável-condicionado, por exemplo, não é totalmente favorável. Pronto isto é um primeiro escrutínio para permitir às empresas sonharem, pronto agora vou ser um bocadinho mais pessimista. Deixemos as empresas sonhar que é possível, depois logo se vê, porque a decisão final não tem que ser…, é a própria lei que diz isto, não é? Agora vamos ver, há uma série de entidades que vão ser intransigentes nalgumas coisas e nós também seremos naquilo que acharmos que afeta o território, mas para já parece-nos que é importante aproveitar porque senão estarão mais dez anos à espera para se regularizarem e ninguém ganha nada com isto, não é só a questão da economia é o próprio território. Nós se mantivermos grande parte destes edifícios sem terem licença de utilização não conseguimos receber IMI no valor que devíamos receber, a questão é simples e também há outros interesses económicos.

Só tenho a informação aqui que só tem dois trabalhadores."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dois trabalhadores? Ou 2 trabalhadores do concelho de Palmela?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então vamos…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É só para referir que a lei não exige que tenham que ser fornecidos esses dados, mas isso é perfeitamente possível, nós temos empresas com dois funcionários que faturam muito mais."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem Sras. e Srs. Membros da Assembleia, desculpem lá, penso que está claro. Vamos votar a proposta número nove, vamos votar a proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e um voto contra do BE. Aprovado em minuta.

PONTO DEZ – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Requerente: CONCREMAT – Prefabricação e Obras Gerais, S.A.. Processo n.º E-24/89. Local: Pinhal Novo

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos para a última proposta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Na mesma senda, aproveitando este regime excecional, desta feita a CONCREMAT – Prefabricação e Obras Gerais, com a publicação do PDM em mil novecentos e sessenta e seis, e publicado depois em mim novecentos e noventa e sete, pela Resolução do Conselho de Ministros, e face à classificação atribuída pelo mesmo, naquela zona, integrando as construções em espaços Agro Florestais - categoria II e Espaços Naturais, não foi possível regularizar as obras de alteração e ampliação, entretanto tidas como necessárias para o bom desenvolvimento da atividade.

O índice que é atribuído nesta categoria de espaço é insuficiente para enquadrar a pretensão que pretende de facto a ampliação. Há também uma parte que fica parcialmente integrada em Reserva Ecológica Nacional, que também impossibilitou as obras de alteração e ampliação.

A exploração situa-se na denominada Herdade de Monte Novo, quase no limite do nosso concelho com o concelho do Montijo, tem uma área de quarenta mil metros a parcela e, atualmente, temos três mil setecentos e trinta e seis metros de construção abrangidos pelos títulos de utilização válidos na altura, que foram emitidos em mil novecentos e noventa e cinco e, portanto, neste momento estão cerca de mil setecentos e noventa e um metros de construção por regularizar. Há estes constrangimentos então nos nossos instrumentos de ordenamento do território, o estabelecimento para ter até viabilidade e capacidade de crescimento e de criação de emprego precisa desta ampliação.

Tem depois aqui um histórico do que foram as licenças de utilização e alvarás emitidos. Este fabrico de produtos de betão desenvolve-se no local desde mil novecentos e noventa e dois, a empresa teve uma faturação nos últimos dois anos de dez milhões, emprega cinquenta e sete trabalhadores, dezasseis diretos e quarenta e um indiretos. O que se pretende também é reconhecer a importância da empresa que tem vindo até no âmbito da exportação, até a recente ampliação da VISTEON, já agora é uma curiosidade foi feita enquanto um diabo esfrega um olho, foi feita com pré fabricados da CONCREMAT que também tem evoluído muito no domínio desta tecnologia, que são cada vez mais leves e com um conjunto de características muito interessantes e também ambientalmente sustentáveis.

No fundamental, se calhar, a discussão que vamos ter é a mesma mas a caracterização, grosso modo está feita, também, trata-se de reconhecer o Interesse Público para a manutenção desta atividade no nosso território."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Srs. Membros da Assembleia, questões? Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

Obrigado, mais uma vez Sra. Presidente.

E eu, em coerência com a votação do ponto anterior, tenho a informar que vou votar contra também neste ponto e devo acrescentar o seguinte Sr. Presidente.

O senhor disse que está conforme a lei, mas eu posso não concordar com a lei. Este Governo tem aprovado uma maioria de leis que afetam as nossas vidas, nós temos que obedecer à lei mas não concordamos com elas e, portanto, a minha posição neste ponto será também a de votar contra porque não concordo que se esteja a alterar o Plano Diretor Municipal para que esta empresa possa continuar a exercer atividade quando há áreas destinadas às empresas, poderem laborar e poderem ter a sua atividade.

Disse Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Mais questões? PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Esta lei tem caracter excecional, como o Sr. Presidente disse, e permite a regularização de atividades existentes durante anos. Não somos propriamente contra o grande capital, nem o pequeno capital e portanto iremos votar favoravelmente, em coerência com as votações que fizemos anteriormente e não só nesta Assembleia de hoje, em todo o caso continuamos a defender que, por parte da Câmara e já aqui dissemos também nesta Assembleia, pretendemos ver melhorados os parques industriais, alguns dos quais não têm as condições que gostaríamos que tivesse no concelho e que seria um grande incentivo para a instalação de novas industrias e empresas no nosso concelho. O Sr. Presidente já se comprometeu também a fazer esse estudo e fez já algumas visitas e é nessa expectativa que estaremos de futuro, e é só."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Posso só, Sra. Presidente, aduzir aqui um aspeto que se calhar tem estado, e também por minha culpa, ausente nos considerandos e na discussão inicial, é que todos estes aspetos têm que ter em consideração alguns princípios para esta pronúncia fundamentada que constam no nº3, do artº. 10, e que fala designadamente dos impactos da manutenção dos estabelecimento, ou da instalação ou da sua alteração e ampliação, na perspetiva do ordenamento do território.

Como já foi dito, no PDM que está desenhado, algumas destas zonas Agro Florestais, dadas as pré existências e também a ausência de riscos, já estão configuradas zonas de atividades económicas e portanto isto é uma questão de *timing*; segundo tem que ser pesada a necessidade de manutenção de alteração ou ampliação por motivos de interesse económico ou social, porque pode haver empresas que sejam relevantes do ponto de vista económico, do ponto de vista de ampliação de emprego, do ponto de vista de acrescentar valor ao território e, depois, têm que ser pesados os custos económicos sociais e ambientais da desativação do estabelecimento ou da cessação da atividade. Isto também tem que ser previsto, porque se aquilo não for possível regularizar, aquilo tem que encerrar e os custos da deslocalização do estabelecimento para o local adequado no mesmo concelho, ou nos concelhos vizinhos, e, portanto, tudo isto vai ser escrutinado

nessa concertação. Agora nós consideramos, daquilo que já conhecemos, que estas empresas poderão ter aqui algum caminho para fazer, não lhes vamos cortar as pernas deixemos que outras entidades, que vão ter até um poder decisório muito grande na aferição destas matérias, possam pronunciar-se.

A Sra. Vereadora utilizou uma metáfora muito interessante nas discussões em reunião de Câmara, "*Isto é uma abertura de um funil, que no início parece assim muito largo mas depois começa a estreitar*", nós no final do funil estamos cá para tentar enquadrar aquilo que efetivamente tem que ser enquadrado. Isto é só para tranquilizar porque não estamos aqui a fazer nenhum crime de lesa ambiente, ou pátria, porque são pré existências sempre funcionaram no local, algumas anteriores ao próprio PDM é preciso prever isto e que há erros no próprio PDM. Nesta zona em concreto eu costumo dar este exemplo: então aquela zona tem uma enorme mancha de REN, mas para fazer a saída da autoestrada A12, para a Nacional 252 aquela parte da autoestrada deixou de ser REN, todas as outras quintas que estão penduradas na rua do Alto do Cascalho são REN, mas têm lá pré existências anteriores ao PDM, portanto há aqui algumas incongruências no próprio regime da REN que não têm facilitado não é às empresas é aos particulares que têm a sua habitação, a sua quinta, e há coisas que o PDM vai resolver e outras que não vai resolver e, portanto, aí sim, terá que ser mandado abaixo aquilo que tiver que ser mandado abaixo, mas enquanto houver esta oportunidade deixemos isto ir aos fóruns onde tem de ir para ser avaliado, porque de outra forma não pode ir. Era só este esclarecimento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então voltamos à discussão, tem a palavra o Sr. Membro Raúl Cristóvão, Partido Socialista."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

O Sr. Presidente tirou-me as palavras da boca, mas essencialmente é isso. Há custos ambientais, há custos sociais e há custos económicos e esta trilogia tem que ser pesada e nós, neste momento, temos que pesar isto. Há formas de controlo, há formas ainda de decisão à posteriori e de conciliação à posteriori e, portanto, nós não podemos pôr hoje em causa duma forma tão pragmática, e tão objetiva, os postos de trabalho que estas empresas geram e a riqueza que geram no nosso território, não estamos propriamente em alturas de fazer isso, se é que alguma vez estivemos ou se alguma vez vamos estar, mas a verdade é que conciliando estes três fatores, o ecológico, a defesa do território e dos valores ambientais que são fundamentais no nosso território, não só porque estamos no melhor aquífero da Europa mas porque também temos outros valores ambientais que são importantes, conciliando isso com a parte económica e depois a deslocalização tem, efetivamente, custos que podem não ser suportáveis hoje, nem pelas entidades públicas nem pela própria empresa e isso pode, efetivamente, levar à redução.

Nós todos aqui temos de fazer justiça, estamos todos preocupados com a questões ambientais, com as questões do território e da defesa dos recursos que o território tem, naturais, mas também estamos preocupados com a defesa destas empresas, do valor que elas trazem acrescentado ao território, do emprego que geram e da riqueza que geram, portanto acho que esta janela de oportunidade não pode ser perdida e temos que a aproveitar no sentido positivo e muitas vezes o ótimo é amigo do bom, eu acho que estamos na altura de ir pelo lado bom e não à procura do ótimo e esperar que haja tempo para irmos ao ótimo.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais, é outra intervenção do PS?"

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Em relação ao princípio que a Câmara está a utilizar para legalizar estas situações, eu não tenho nada contra, sou a favor porque nós temos precedentes quer dizer nós criámos, nós não, no país criou-se o nome pomposo de AUGIS para os lotes clandestinos, porque não também legalizar estas empresas, embora, obviamente, ache estranho que uma empresa como no caso que aqui falámos com dois trabalhadores consiga faturar quatro milhões, eu pensava que isso só a gestão dos offshore, ou talvez o Jorge Mendes no futebol mas, enfim, pode haver aí algum equívoco porque se não houver é muito estranho.

Agora em relação a estas empresas, de facto, há que dar uma oportunidade, o concelho e a autarquia beneficia do facto de poder ter nessas empresas, e então com estas faturações e com esta produtividade, ter um bom IMI e, enfim, uma boa DERRAMA, espero que sim também, e portanto não vejo mal nenhum nisto, não vejo nenhum mal e temos o precedente, de facto, das AUGIS, quer dizer um nome pomposo para legalizar as zonas clandestinas no nosso concelho, e noutros concelhos, as mais antigas obviamente e porque não as empresas?

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, e vamos concluir."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Vou ser muito rápido Sra. Presidente. Ainda bem que o Bloco de Esquerda, hoje, contribuiu aqui para o debate em relação a este ponto se não passava sem qualquer questão, sem qualquer debate entre nós e ainda bem, eu acho isso positivo.

Queria fazer aqui uma proposta para que a política da Câmara Municipal, doravante, dou o exemplo do ponto que nós aprovamos atrás sobre os benefícios fiscais à reabilitação urbana porque é que não se trabalha no sentido de dar benefícios a estas empresas se deslocarem para os Parques Industriais existentes no nosso concelho? Estando aqui hoje esta empresa A, amanhã será a empresa B, para o mês que vem será a empresa C e nós vamos continuando a manter este estado de coisas e não há política, não há política, que reverta este estado de coisas Sr. Presidente.

Qualquer dia um cidadão acorda com uma grande oficina ao lado da sua casa porque o vizinho decidiu por uma oficina na garagem e começa dali a aumentar, a acrescentar, a acrescentar, e isto vai sucessivamente acontecendo. É só essa a proposta que eu tenho Sr. Presidente, que a partir deste momento se enverede por uma política que proporcione a estas empresas estarem em seu sítio certo e não fora de contexto. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente quer concluir? Rapidamente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito telegraficamente, pese embora a bondade da sua proposta, ela é extemporânea e vem atrasada, porque nós já a aprovámos, e V.Exa. também aprovou, um conjunto de incentivos e de redução de taxas que discriminam precisamente as empresas que vão para parques industriais devidamente infraestruturados, é só uma redução na ordem dos cinquenta por cento.

Isto que estamos a falar nem tem que ver com estar uma oficina ao lado ou prejudicar quem habita, etc., etc., porque estas empresas até estão em zonas do território onde não conflituam com outros tipos de vizinhança, nem com outro tipo de funções ou usos habitacionais, ou outros. É a classificação dos solos que ou por erro, ou porque neste momento não faz sentido manter, não permite a sua regularização. Mais, até esta ideia peregrina de que deviam de ir todos para as zonas industriais é evidente que nós não queremos que volte a haver empresas construídas aí espalhadas pelo território, temos um território enorme disperso e

depois não temos infraestruturas para lá chegar, mas algumas destas empresas não cabem em mais Parque Industrial nenhum a não ser por exemplo na AUTOEUROPA, é porque se calhar os senhores não conhecem a CONCREMAT. Aquilo não cabe em Parque Industrial nenhum que nós tenhamos no concelho, nem em Vila Amélia, nem Vale do Alecrim, nem Carrascas, porque acho que não estão a ver o que é a CONCREMAT, porque aquilo são, enfim, grandes plataformas que transportam ferro, betão, enfim. Quanto à Esfera Verde a questão do número de trabalhadores, estes são os trabalhadores efetivamente empregados mas isto depende muito da recolha dos resíduos e dos fornecedores e do seu encaminhamento para valorização, aquilo é essencialmente um entreposto de recolha, seleção, triagem e depois valorização eu espero que não valorizem material furtado à Câmara Municipal."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta? E com ela terminaremos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e um voto contra do BE. Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e doze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e quinze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de junho de 2015.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete